

M 2013



# **A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA FORENSE NA REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS**

**CARACTERIZAÇÃO DAS PERÍCIAS (O GEAV COMO ANALISADOR)**

**JOÃO ANTÓNIO GERALDES DA SILVA SANTOS**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO APRESENTADA**

**À FACULDADE DE PSICOLOGIA E DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO**

**DA UNIVERSIDADE DO PORTO EM OUTUBRO DE 2013**

**PSICOLOGIA DO COMPORTAMENTO DESVIANTE E DA JUSTIÇA**

**Universidade do Porto**  
**Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação**

**A AVALIAÇÃO PSICOLÓGICA FORENSE NA REGULAÇÃO DO EXERCÍCIO  
DAS RESPONSABILIDADES PARENTAIS: CARACTERIZAÇÃO DAS PERÍCIAS  
(O GEAV COMO ANALISADOR)**

**João António Gerales da Silva Santos**

**Outubro de 2013**

Dissertação apresentada no Mestrado Integrado de Psicologia,  
na área de especialização de Psicologia do Comportamento  
Desviante e da Justiça, Faculdade de Psicologia e de Ciências da  
Educação da Universidade do Porto, orientada pela Professora  
Doutora Celina Manita (F.P.C.E.U.P.).

**João António Gerales da Silva Santos**  
**Presidente:** Doutora Alexandra Maria da Silva Oliveira  
**Arguente:** Doutora Marta Sofia de Sousa Pinto  
**Orientadora:** Doutora Celina Paula Manita Santos  
**Classificação:** 18 valores

## **Agradecimentos**

Aos meus pais e irmão por serem a minha base segura, me apoiarem incondicionalmente e ajudarem em todas as etapas da minha vida. Com eles celebro sucessos, supero obstáculos e concretizo sonhos. São o meu orgulho e sem eles este percurso não seria possível.

À minha madrinha pelas palavras de força e incentivo ao longo deste percurso.

À Professora Doutora Celina Manita pela dedicação, motivação, apoio e inspiração na elaboração desta dissertação e por me ter auxiliado a ultrapassar as dificuldades que surgiram ao longo desta etapa.

À Doutora Margarida Matias pelo apoio, pela preocupação demonstrada ao longo deste percurso e ajuda preciosa no processo de recolha de dados.

À Ana, Cláudia, Marisa e Sara por me terem proporcionado cinco anos fantásticos e que, graças a elas, fizeram todo o sentido. Partilhámos momentos inesquecíveis marcados por uma forte união e entreaajuda que tornaram este percurso num motivo de orgulho. Estas amizades são o que levo de melhor da faculdade.

À Inês, ao Chico e à Paulinha, porque são os amigos de sempre e para sempre.

*O valor das coisas não está no tempo que elas duram, mas na intensidade com que acontecem. Por isso existem momentos inesquecíveis, coisas inexplicáveis e pessoas incomparáveis.*

Fernando Pessoa

## **Resumo**

A avaliação psicológica forense na Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais (RERP) é solicitada, habitualmente, quando a criança se encontra numa situação de risco ou existe um desacordo entre os progenitores em relação ao exercício das responsabilidades parentais. Esta avaliação centra-se, sobretudo, nas dinâmicas familiares, nas competências parentais e no funcionamento psicológico dos sujeitos avaliados.

Este estudo procura caracterizar a avaliação psicológica forense realizada no âmbito da RERP, particularmente, ao nível dos pedidos realizados pelos tribunais, da população avaliada e das respostas periciais. Procura-se, assim, contribuir também para uma melhoria das práticas, através do aprofundamento do conhecimento sobre as perícias psicológicas forenses.

Para a concretização deste estudo recorremos a uma metodologia mista, combinando métodos qualitativos e quantitativos. Inicialmente, a análise de conteúdo realizada permitiu a exploração das perícias, contribuindo para a criação de uma grelha de recolha e análise de dados, sendo que estes dados foram, posteriormente, quantificados, inseridos numa matriz de SPSS e submetidos a análises estatísticas. A amostra de processos analisados é composta por 50 perícias psicológicas forenses, constantes nos arquivos do Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas, nas quais foram avaliados menores e progenitores.

Os dados indicam que estas avaliações forenses foram realizadas, em média, ao longo de três sessões de avaliação e recorrendo a diferentes fontes de informação: consulta de peças processuais, realização de entrevistas clínicas e familiares e aplicação de testes psicológicos. As dimensões mais frequentemente referidas nas perícias são: os fatores de risco e de proteção associados ao menor, ao progenitor e ao contexto familiar; a sintomatologia clínica apresentada e as dimensões desenvolvimentais dos sujeitos avaliados; a avaliação do grau de desenvolvimento global do menor; os conflitos e as ruturas familiares; as competências parentais. Quando o perito conclui que não existem competências mínimas para o exercício adequado da parentalidade, esta conclusão surge estatisticamente associada à legitimação da punição física pelos progenitores, à presença de défices cognitivos nos progenitores, à ausência de suporte social, às condições económicas e habitacionais desfavoráveis e à necessidade de supervisão familiar. Por outro lado, as competências afetivas dos progenitores e um funcionamento psicológico e emocional adequado surgiram fortemente associados à conclusão de que existem competências mínimas para o exercício da parentalidade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Avaliação psicológica forense; Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais; Perícia psicológica forense; Avaliação das competências parentais.

## **Abstract**

The forensic psychological assessment in child custody and parenting capacity cases, in Portugal, is required, usually, when the child is at risk or there is a disagreement between the parents toward the exercise of parental responsibilities. This assessment focuses primarily on family dynamics, parenting capacity and psychological functioning of subjects evaluated.

This study aims to analyze the characteristics of forensic psychological assessment in these cases, particularly, at the level of requests made by the courts, the population assessed and expert answers. It aims also to contribute to an improvement of practices, through the further knowledge of the forensic psychological expertise.

To implement this study we used a mixed methodology, combining qualitative and quantitative methods. Initially, the content analysis allowed the exploitation of expertise, contributing to the creation of a grid of data collection and analysis, and these data were subsequently quantified, within a matrix of SPSS, and subjected to statistical analyzes. The sample of cases examined is composed of 50 forensic psychological expertise, available in the archives of the Office of Studies and Attendance of Batterers and Victims, in which child and parents were evaluated.

The data indicate that these forensic assessments were performed, on average, over three evaluation sessions and using different sources of information: query of procedural documents, clinical and family interviews and psychological tests. The dimensions more often referred in the expertise are: risk and protective factors associated to the minor, the parents and the family context; clinical symptoms and developmental dimensions of the assessed subjects; the overall level of development of the child; conflicts and family disruptions; the parenting capacity. When the expert concludes that there are no minimum competencies for the proper exercise of parenting, this conclusion appears statistically associated to the approval of physical punishment by parents, the presence of cognitive deficits in the parents, the lack of social support, negative economic conditions and the need for family supervision. On the other hand, the affective skills of parents and appropriate emotional and psychological functioning emerged strongly associated to the conclusion that there are minimum competencies for the exercise of parenting.

**KEYWORDS:** Forensic psychological evaluation; child custody and parenting capacity cases; Forensic psychological expertise; Assessment of parenting capacity.

## Résumé

L'expertise psychologique dans le contexte de la protection et de la garde des enfants, au Portugal, est sollicité habituellement quand l'enfant se trouve dans une situation de risque ou lorsqu'il existe une situation de divorce conflictuel dans laquelle la garde des enfants devient problématique. Cet examen se concentre surtout sur les dynamiques familiales, les capacités parentales et l'état psychologique des sujets évalués.

Cette étude a comme but la caractérisation de l'expertise psychologique dans ce contexte, en particulier, au niveau des demandes formulées par les tribunaux, la population évaluée et réponses d'experts. Ainsi, on cherche à contribuer à l'amélioration des pratiques au travers d'un approfondissement du savoir sur les expertises psychologiques.

Pour implémenter cette étude, nous avons utilisé une méthodologie mixte, combinant des méthodes qualitatives et quantitatives. Initialement, l'analyse de contenu a permis l'exploitation de l'expertise, contribuant ainsi à la création d'un réseau de collecte de données et d'analyse, des données qui ont ensuite été quantifiées, dans une matrice de SPSS, et soumis à des analyses statistiques. L'échantillon de cas étudiés est composé de 50 expertises psychologiques légales, qui se trouvent dans les archives du Centre d'Étude et des Traitement des Agresseurs et des Victimes dans lequel furent examinés enfants et parents.

Les données indiquent que ces évaluations légales ont été effectuées, en moyenne, sur trois sessions d'évaluation et recourent à différentes sources d'information: la requête des actes de procédure, entretiens cliniques avec les enfants et la famille, application des tests psychologiques. Les dimensions plus souvent couverts dans l'expertise sont: les facteurs de risque et de protection du mineur, du parent et du contexte familial; les symptômes cliniques et les dimensions de développement des sujets évalués; le degré de développement global du mineur; les conflits et ruptures familiales; les capacités parentales. Lorsque l'expert conclut qu'il n'y a pas de capacités minimales pour le bon exercice de la parentalité, cette conclusion semble statistiquement associée à la légitimation de la punition physique par les parents, la présence de déficits cognitifs chez les parents, le manque de support sociale, les conditions économiques et de logement défavorables et la nécessité d'une surveillance et/ou de supervision de la famille. D'autre part, les habiletés affectives des parents et le fonctionnement émotionnel et psychologique approprié émergé fortement associée à la conclusion qu'il existe des capacités minimales pour l'exercice de la parentalité.

**MOTS-CLÉS:** Examen psychologique légale; Contexte de la protection et de la garde des enfants; Expertise psychologique légale; Évaluation des capacités parentales.

## Índice

<b>Introdução</b>	1
<b>I. Enquadramento Teórico</b>	2
1. Psicologia Forense	2
1.1. A perícia psicológica forense: caracterização e enquadramento legal	3
2. Enquadramento legal: Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais	4
3. Avaliação psicológica forense na Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais	6
3.1. O pedido da avaliação psicológica forense	6
3.2. O papel dos psicólogos forenses	8
3.3. Caracterização do processo avaliativo	8
3.4. Etapas da avaliação psicológica forense	15
3.5. Diretrizes para a avaliação psicológica forense	16
3.6. Protocolos de avaliação das competências parentais em Portugal	17
4. Maus tratos infantis e a Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais	19
<b>II. Estudo Empírico</b>	22
1. Método	22
1.1. Objetivos	22
1.2. Amostra	22
1.3. Método de recolha e análise dos dados	23
2. Apresentação dos resultados	24
2.1. Análise descritiva	24
2.1.1. Caracterização dos processos	24
2.1.2. Caracterização dos menores avaliados	26
2.1.3. Caracterização dos progenitores avaliados	26
2.1.4. Caracterização das perícias psicológicas forenses	27
2.2. Análise inferencial	32
2.2.1. Associações em função da conclusão da perícia psicológica forense	33
2.2.2. Associações em função da natureza do processo	35

2.2.3. Associações em função das situações que originaram o processo	36
3. Discussão dos resultados	37
<b>Conclusão</b>	44
<b>Referências Bibliográficas</b>	48
<b>Anexos</b>	



## **Índice de Abreviaturas**

CC – Código Civil

CPC – Código de Processo Civil

CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

CPP – Código de Processo Penal

DGS – Direção-Geral da Saúde

ECPF – Escala de Crenças sobre a Punição Física

FPCEUP – Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto

GEAV – Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas

IPE – Inventário de Práticas Educativas

NSE – Nível Socioeconómico

OTM – Organização Tutelar de Menores

RERP – Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais

## **Introdução**

A temática da psicologia forense apresenta-se em crescente expansão, dada a sua valorização e reconhecimento em Portugal. Face à relevância deste tema, decidimos abordá-lo, pois reconhecemos que existem ainda muitos aspetos por explorar, nomeadamente sobre as suas especificidades, no contexto da avaliação psicológica forense em Portugal.

Este estudo integra-se numa linha mais vasta de investigação em curso no Gabinete de Estudos e Atendimento a Agressores e Vítimas (GEAV) da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (FPCEUP) sobre a tomada de decisão judicial e os contributos da psicologia forense para essa decisão. O objetivo principal do nosso subestudo consiste na caracterização das perícias psicológicas forenses em processos de Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais (RERP).

Decidimos aprofundar a temática da avaliação psicológica forense na RERP, pois é um tema atual mas cuja investigação, em Portugal, é ainda escassa. Os pedidos dos tribunais para a realização de avaliação psicológica forense neste âmbito têm aumentado, emergindo a necessidade de explorar mais aprofundadamente esta valência da psicologia forense, de modo a auxiliar a prática profissional. Esta investigação irá contribuir para a caracterização das perícias psicológicas forenses realizadas em processos de RERP, através da análise dos processos de avaliação psicológica forense realizados no GEAV nos últimos 10 anos, neste domínio. O GEAV é aqui tomado como um analisador da avaliação psicológica forense realizada em Portugal.

No primeiro capítulo apresentamos o enquadramento teórico do nosso estudo. Neste capítulo abordamos a temática da psicologia forense e da perícia psicológica forense, realizamos um enquadramento legal da RERP e descrevemos a avaliação psicológica forense realizada no âmbito da RERP. No segundo capítulo apresentamos o estudo empírico realizado, descrevendo os seus objetivos, amostra e método de recolha e análise dos dados. Ainda neste capítulo e, para finalizar, procedemos à apresentação e discussão dos resultados encontrados e das principais conclusões deste estudo.

## **I. Enquadramento Teórico**

### **1. Psicologia forense**

A definição de psicologia forense não é simples e tem sido alvo de inúmeros debates, parecendo haver um consenso em torno da ideia de que esta envolve uma interação entre a psicologia e a justiça (Brigham, 1999). Segundo Bartol e Bartol (1987 *cit in* Brigham, 1999), a psicologia forense é definida como a análise dos aspetos do comportamento humano diretamente relacionados com os processos legais, envolvendo a prática psicológica no sistema legal, que engloba a lei civil e penal.

A psicologia forense pode ser definida “como uma subdisciplina da psicologia da justiça que se ocupa da aplicação do conhecimento psicológico ao serviço da tomada de decisão judicial, sendo, nisto, fundamentalmente, uma actividade pericial” (Blackburn, 2006, Gonçalves, 1996, 2010, Gonçalves & Machado, 2005, 2011 *cit in* Manita & Machado, 2012, p. 18).

Esta vertente da psicologia é concebida como uma disciplina que procura responder às questões científicas e práticas que a justiça coloca aos psicólogos que trabalham neste domínio (Goldstein, 2003 *cit in* Fonseca, 2006), devendo ser compreendida como um campo interdisciplinar estabelecendo a interface entre a Psicologia e o Direito (Machado & Gonçalves, 2011).

A psicologia forense “tem como objecto a avaliação do comportamento humano nos vários contextos que a Justiça lhe franqueia (...) funcionando deste modo como elemento de ajuda à tomada de decisão judicial – mas também como auxiliar de processos de intervenção operados em actores do sistema judicial” (Gonçalves, 2010, p. 107).

O maior envolvimento dos psicólogos, nos últimos anos, no sistema de justiça, deve-se ao facto da psicologia permitir o estudo científico do comportamento em diversos contextos, nomeadamente, aqueles que dizem respeito ao sistema judicial, enquanto o Direito se limita à regulação e controlo do comportamento (Fonseca, 2006).

Nos últimos 30 anos, a psicologia forense tem apresentado uma crescente visibilidade e expansão, sendo considerada uma das disciplinas da psicologia mais dinâmicas e produtivas, quer ao nível da investigação, quer ao nível da intervenção (Fonseca, 2006).

Assim, é possível constatar que a psicologia forense é uma área em forte desenvolvimento, cuja definição não é simples, dada a sua abrangência, e que cada vez mais é valorizada no âmbito do sistema de justiça, apoiando o Direito na compreensão do comportamento humano.

### 1.1. A perícia psicológica forense: caracterização e enquadramento legal

A perícia psicológica forense é um documento onde consta a organização, síntese e integração da informação recolhida no processo de avaliação psicológica realizada em contexto forense. Este relatório, muitas vezes, é a única fonte disponível pelos psicólogos para transmitir os resultados das suas avaliações (Simões, 2005 *cit in* Faria, 2010).

“A perícia psicológica constitui-se como um instrumento privilegiado de interface entre a Psicologia e o Direito” (Manita, 2001 *cit in* Ribeiro & Manita, 2007, p. 60), sendo utilizada no contexto legal e a pedido das instâncias legais (Pérez, 2002).

A prova pericial, quer no direito civil, quer no direito penal, é um meio de prova obtido através de peritos detentores de um determinado saber técnico-científico, que fornece uma perceção específica e apreciação dos factos para os quais os aplicadores da lei não estão habilitados, auxiliando-os na tomada de decisão (Carmo, 2005 *cit in* Faria, 2010). A atividade pericial é, indubitavelmente, a atividade mais vezes realizada por psicólogos no que toca à assessoria técnica aos tribunais (Castro, 1996, Oliveira, 2001, Evangelista, 2001 *cit in* Ribeiro, 2008).

Em relação ao objetivo da prova pericial, o artigo 388º do Código Civil (CC) refere que “a prova pericial tem por fim a percepção ou apreciação de factos por meio de peritos, quando sejam necessários conhecimentos especiais que os julgadores não possuem, ou quando os factos, relativos a pessoas, não devam ser objecto de inspecção judicial”. De notar que “ao requerer a perícia, a parte indica logo, sob pena de rejeição, o respetivo objeto, enunciando as questões de facto que pretende ver esclarecidas através da diligência” (Art.º 475º Código de Processo Civil). Assim, é necessário que a entidade que solicita a perícia esclareça os quesitos que pretende ver respondidos através da avaliação psicológica forense.

Relativamente ao Código de Processo Penal (CPP), o artigo 151º indica que “a prova pericial tem lugar quando a percepção ou a apreciação dos factos exigirem especiais conhecimentos técnicos, científicos ou artísticos”.

O CPP descreve que “a perícia é ordenada, oficiosamente ou a requerimento, por despacho da autoridade judiciária, contendo a indicação do objeto da perícia e os quesitos a que os peritos devem responder, bem como a indicação da instituição, laboratório ou o nome dos peritos que realizarão a perícia” (Art.º 154º.1 CPP). Além disso, “a autoridade judiciária deve transmitir à instituição, ao laboratório ou aos peritos, consoante os casos, toda a informação relevante à realização da perícia, bem como a sua atualização superveniente, sempre que eventuais alterações processuais modifiquem a pertinência do pedido ou o objeto da perícia” (Art.º 154º.2. CPP).

O artigo 157º do CPP prevê que, após a realização da perícia, os peritos devem elaborar um relatório onde “mencionam e descrevem as suas respostas e conclusões devidamente fundamentadas”.

## 2. Enquadramento legal: Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais

As perícias psicológicas na RERP estão previstas, desde 1978, no artigo 178º, nº 3, da Organização Tutelar de Menores (OTM). Nos casos em que existe falta de acordo na conferência relativamente à regulação das responsabilidades parentais está prevista a realização de exames psicológicos “que o tribunal entenda necessários para esclarecimento da personalidade e do carácter dos membros da família e da dinâmica das suas relações mútuas” (Epifânio & Farinha, 1997, p. 322).

Em 2008, a Lei nº61/2008 de 31 de outubro procedeu a uma alteração do regime jurídico do divórcio, modificando o divórcio litigioso pela designação “divórcio sem consentimento de um dos cônjuges”. Esta lei, apelidada de nova lei do divórcio, é vista “como uma radical alteração de paradigma ao nível das responsabilidades parentais” (Pereira & Matos, 2011, p. 311). Esta alteração consiste na atribuição, a ambos os pais, da partilha e exercício em comum das responsabilidades parentais (Pereira & Matos, 2011).

A partir desta legislação, “foram introduzidas importantes alterações ao regime jurídico do divórcio, às suas consequências e ao exercício das responsabilidades parentais dos filhos menores” (Fialho, 2012, p. 6).

A esta lei está associada uma conceção do casamento enquanto meio de realização pessoal e familiar, valorando a dimensão afetiva em detrimento das imposições institucionais e o bem-estar individual sobre o bem-estar familiar, assentando o casamento no princípio da liberdade individual. Deste modo, é autorizada a dissolução da relação conjugal, mesmo contra a vontade do outro cônjuge, não sendo necessária a sua aceitação (Fialho, 2012).

Uma das principais alterações consistiu na substituição da expressão “poder paternal” por “responsabilidades parentais” (Art.º 3.º da Lei n.º 61/2008, de 31 de outubro). À expressão poder paternal estava associado um sentimento de posse e a superioridade da figura masculina o que não é correspondente à conceção de família proposta pela Constituição, a qual deve ser democrática e assente na igualdade entre os seus membros (Sottomayor, 2011). Esta alteração “coloca os direitos e os interesses da criança no centro, secundarizando quem detém o poder-dever obrigatório - o adulto” (Ramião, 2009 *cit in* Parente & Manita, 2010, p. 10). Além disso, esta alteração destaca a corresponsabilidade de ambos os progenitores na educação, desenvolvimento e bem-estar da criança (Fialho, 2012). Assim, a responsabilidade

parental remete para “uma ideia de compromisso diário dos pais para com as necessidades físicas, emocionais e intelectuais dos/as filhos/as” (Sottomayor, 2011, p. 20).

Relativamente ao conteúdo das responsabilidades parentais, este é estabelecido no artigo 1878º do CC: “compete aos pais, no interesse dos filhos, velar pela segurança e saúde destes, prover ao seu sustento, dirigir a sua educação, representá-los, ainda que nascituros, e administrar os seus bens”. O artigo 1882º do CC, referente à irrenunciabilidade das responsabilidades parentais, indica que “os pais não podem renunciar às responsabilidades parentais nem a qualquer dos direitos que ele especialmente lhes confere, sem prejuízo do que neste Código se dispõe acerca da adopção”. De notar que a regulação é obrigatória no divórcio (artigo 1775º do CC).

Ao nível da sua natureza jurídica, as responsabilidades parentais consistem na função parental “destinada a promover o desenvolvimento, a educação e a protecção dos/as filhos/as menores não emancipados” (Sottomayor, 2011, p. 20).

Este conceito indica a necessidade de manutenção da relação entre os progenitores e a criança após a dissolução da união conjugal, uma vez que “o desenvolvimento harmónico da criança depende necessariamente de ambos os progenitores, não podendo nenhum deles substituir a função que ao outro cabe” e dado que “as relações paterno-filiais situam-se a um nível diferenciado do das relações conjugais” (Fialho, 2012, p. 59). Assim, mesmo após uma dissolução familiar, “as responsabilidades parentais relativas às questões de particular importância para a vida do filho são exercidas em comum por ambos os progenitores” (Art.º 1906.º, n.º 1 do CC). Contudo, “quando o exercício em comum das responsabilidades parentais relativas às questões de particular importância para a vida do filho for julgado contrário aos interesses deste, deve o tribunal, através de decisão fundamentada, determinar que essas responsabilidades sejam exercidas por um dos progenitores” (Art.º 1906.º, n.º 2 do CC).

Quando não existe acordo relativamente ao exercício das responsabilidades parentais e este não se afigura concretizável, procede-se ao inquérito sobre a situação social, moral e económica dos progenitores (artigo 178.º, n.º 3 da Organização Tutelar de Menores *cit in* Fialho, 2012). Nesta fase, pode ser solicitada a realização de exames médicos e psicológicos (artigo 147.º-B, n.º 3 da Organização Tutelar de Menores *cit in* Fialho, 2012).

A regulação das responsabilidades parentais pode ocorrer “em situações distintas do divórcio e da separação de pessoas e bens”, nomeadamente, em processos de Promoção e Protecção e na constância do matrimónio (Pereira & Matos, 2011, p. 312).

O artigo 1901º do CC, referente às responsabilidades parentais na constância do matrimónio, indica que, durante o casamento, cabe a ambos os progenitores o exercício das

responsabilidades parentais. Neste caso, quando não existe um acordo relativo às responsabilidades parentais entre os progenitores, estes podem recorrer ao tribunal que tentará a conciliação.

No âmbito da Promoção e Proteção, a Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99 de 01 de setembro) tem como objeto “a promoção dos direitos e a protecção das crianças e dos jovens em perigo, por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral”. Esta lei indica que “as comissões de protecção comunicam ainda ao Ministério Público as situações de facto que justifiquem a regulação ou a alteração do regime de exercício do poder paternal, a inibição do poder paternal”

Apesar dos vários âmbitos nos quais a regulação pode ser solicitada, “é sem dúvida nos contextos de ruptura conjugal que decorre o maior número de processos tutelares cíveis, com especial destaque para os processos de regulação, alteração e incumprimento das responsabilidades parentais” (Pereira & Matos, 2011, p. 312).

### 3. Avaliação psicológica forense na Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais

#### 3.1. O pedido da avaliação psicológica forense

A intervenção do psicólogo na avaliação das competências parentais é, habitualmente, solicitada quando existem suspeitas de abuso, mau trato e/ou negligência infantil ou caso se verifiquem défices cognitivos e/ou perturbações psiquiátricas nos progenitores que põem em risco o bem-estar da criança (Budd, Poindexter, Felix & Naik-Polan, 2001).

*Quando existem indícios de que um determinado agregado familiar não manifesta as condições necessárias para garantir o bem-estar e o desenvolvimento integrado da criança, o tribunal solicita uma avaliação psicológica forense das capacidades parentais, no sentido de compreender se esse agregado familiar evidencia as condições necessárias para continuar a desempenhar o papel de cuidadores da criança* (Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007, p. 143).

O pedido da avaliação das competências parentais pode incidir sobre a determinação da competência do progenitor para o exercício da parentalidade de forma adequada e segura para a criança (Choate, 2009). Esta avaliação visa avaliar a existência de um nível mínimo de competência parental, suficiente para garantir a segurança e o bem-estar da criança (Budd & Holdsworth, 1996).

Um dos pedidos comuns incide sobre a avaliação das competências parentais e o ajustamento entre estas e as necessidades da criança. O pedido da avaliação pode recair sobre os progenitores, a criança ou ambos (American Psychological Association [APA], 2013).

Esta avaliação inicia-se quer por a criança se encontrar numa situação de perigo ou risco no seu contexto familiar, quer por existir um desacordo entre os progenitores relativamente à custódia e regulamentação de visitas (Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007).

Relativamente aos pedidos dos tribunais, nomeadamente os quesitos judiciais, nem sempre estes estão explicados ou especificados, consistindo apenas em questões genéricas que dificultam a tarefa do avaliador. Neste caso o avaliador apenas pode fornecer informações gerais que são consideradas pouco úteis para o caso (Choate, 2009).

Habitualmente os quesitos abordam o funcionamento cognitivo, emocional e social dos progenitores, as competências e os défices parentais, o impacto do abuso de substâncias ou da psicopatologia nas competências parentais, as características da relação progenitor-criança e os fatores de risco e de proteção familiares (Budd, 2005).

De acordo com Pereira e Matos (2011), em Portugal, os quesitos mais frequentes na regulação das responsabilidades parentais incidem sobre “a avaliação da personalidade e do carácter dos membros da família e da dinâmica das suas relações mútuas”, o que está estabelecido no artigo 178º, nº 3, da OTM.

As avaliações das competências parentais podem fornecer uma perspetiva objetiva e informada que auxilia a tomada de decisão judicial (American Psychological Association Committee on Professional Practice and Standards, 1998 *cit in* Budd, 2005) sendo, muitas vezes, utilizadas como evidências forenses na determinação legal do retorno da criança à família, do regime de visitas e dos direitos parentais (Budd et al., 2001).

Um dos quesitos que tem sido formulado pelos tribunais, mas que tem sido amplamente criticado, refere-se à avaliação do “Síndrome de Alienação Parental”. Este é concebido como uma consequência do divórcio, que se expressa pela recusa do menor em contactar um dos progenitores. Este conceito foi desenvolvido com o intuito de explicar esta rejeição por parte do menor, sendo que a “alienação parental” consiste na manipulação da criança, por parte do progenitor que tem a sua guarda, com vista a denegrir a imagem do outro progenitor. Assim, esta manipulação, que surge associada aos conflitos e discordâncias entre os progenitores aquando do divórcio e do estabelecimento das responsabilidades parentais, tem o objetivo de quebrar o vínculo afetivo entre a criança e um dos progenitores (Sottomayor, 2011).

Apesar de este conceito ter sido amplamente difundido, inclusive no sistema de justiça, apontam-se várias críticas, uma vez que este visa a simplificação dos processos de decisão, procurando oferecer soluções lineares para problemas complexos. Além disso, a este conceito está associada uma elevada taxa de erro e a inexistência de estudos científicos que o sustentem. A “Síndrome de Alienação Parental” é concebida como uma perturbação médica



ou patológica que é lida de uma forma linear, sem avaliar alternativas possíveis ao comportamento de recusa do menor, pelo que já foi rejeitada pelas principais instituições internacionais (Sottomayor, 2011).

### 3.2. O papel dos psicólogos forenses

Em processos de RERP, pode ser pedido aos psicólogos que avaliem, de forma objetiva e rigorosa, as dinâmicas familiares e as competências parentais, avaliando o progenitor e/ou a criança (APA, 2013; Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd & Holdsworth, 1996; Simões, Martins & Formosinho, 2006).

Aos técnicos é solicitado o desenvolvimento de uma rigorosa “atividade pericial”, nomeadamente, “uma avaliação completa e imparcial da dinâmica das relações familiares, tendo em conta a personalidade e o carácter dos intervenientes” (Ribeiro, Sampaio & Amaral, 1992, p. 166 *cit in* Simões, Martins & Formosinho, 2006, p. 507).

As avaliações realizadas pelos psicólogos forenses podem contribuir para a decisão da retirada da criança da família ou da reintegração na mesma, do nível adequado de contacto entre as crianças e os progenitores, da natureza e da extensão da intervenção e suporte familiar necessários para que as famílias prestem cuidados adequados aos filhos (Budd, 2001).

Uma vez que os atores judiciais, habitualmente, não dominam os conhecimentos específicos e especializados da psicologia (Children and Family Research Center, 2004 *cit in* Budd, Felix, Sweet, Saul & Carleton, 2006), recorrem a psicólogos para entender o funcionamento e as necessidades de menores e progenitores envolvidos em processos judiciais (Budd et al., 2006).

É de destacar que o papel dos psicólogos forenses não consiste em tomar uma decisão judicial, mas sim na avaliação “do caso em apreço na sua globalidade” apoiando o tribunal na recolha de “elementos capazes de contribuir para uma decisão judicial concordante com o interesse do menor” (Simões, Martins & Formosinho, 2006, p. 507).

### 3.3. Caracterização do processo avaliativo

No que se refere às características principais da avaliação psicológica forense das competências parentais podem ser nomeadas três características (Budd, 2005). A primeira refere-se à necessidade das avaliações se centrarem na parentalidade, incidindo sobre as competências e os défices parentais, bem como a relação progenitor-criança. As qualidades e características do progenitor devem ser associadas à capacidade ou incapacidade parental, indicando se estas representam um fator de risco ou de proteção para a criança (Azar, Lauretti

& Loding, 1998; Budd, 2005). A segunda remete para a necessidade de se utilizar uma abordagem funcional que avalie as competências e práticas parentais no quotidiano (Budd, 2005). Grisso (1986, p. 201 *cit in* Budd, 2005) descreveu o termo funcional tendo em conta o que o cuidador “entende, acredita, sabe, faz e é capaz de fazer” relativamente à educação dos filhos. Assim, as competências parentais devem ser avaliadas em relação às necessidades individuais da criança. Nesta abordagem funcional, além dos défices parentais, devem ser identificadas competências parentais adequadas (Budd, 2001). A terceira característica refere-se à utilização de “padrões de parentalidade mínima” como referencial para a avaliação. Este padrão mínimo consiste nas capacidades parentais suficientes para garantir a proteção, a segurança e o bem-estar da criança, tendo em consideração os fatores de risco e de proteção familiares (Budd, 2005).

Nestas avaliações, é recomendada a utilização de uma abordagem multi-método, com múltiplas fontes de informação e várias sessões de avaliação, de forma a poder verificar se existe consonância entre os resultados alcançados e os dados anteriormente recolhidos (APA, 2013; Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd, 2005; Schmidt, Cuttress, Lang, Lewandowski & Rawana, 2007).

No que se refere às informações recolhidas na avaliação, estas incluem a história familiar, o funcionamento da personalidade, as necessidades desenvolvimentais da criança, a natureza e a qualidade da relação progenitor-criança. Além disso, é avaliada a presença de alguns fatores de risco, como o abuso de substâncias, a violência doméstica e a psicopatologia (APA, 2013; Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd, 2005; Budd et al., 2001; Harnett, 2007).

As áreas de avaliação que, de acordo com Gourley e Stolberg (2000 *cit in* Simões, Martins & Formosinho, 2006, p. 508), “obtem mais consenso são as que se referem às competências parentais, à relação pais-filhos, à saúde mental dos pais, às atitudes de cooperação e à comunicação entre progenitores, bem como ao consumo de substâncias ilícitas por parte destes”.

A literatura indica que as avaliações devem focar-se nas capacidades parentais, nos défices parentais e na relação progenitor-criança. As qualidades e características do adulto devem estar interligadas com aspetos específicos da competência ou incompetência parental, demonstrando se estes representam fatores protetores ou de risco para a criança (Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd, 2001; White, 2005). Deste modo, a avaliação deve ser estruturada para determinar se o progenitor consegue providenciar à criança um ambiente seguro e estável que suporte as necessidades desenvolvimentais físicas e psicológicas atuais do menor, promova o seu desenvolvimento biopsicossocial e integração social futura (Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd, 2001; White, 2005).

Em relação à avaliação dos progenitores, esta deve incluir informações acerca da história de vida de cada progenitor, incluindo o seu funcionamento intelectual, emocional e social, a sua personalidade e o seu conhecimento, atitudes e crenças acerca da parentalidade (Budd & Holdsworth, 1996).

A avaliação dos progenitores deve basear-se numa abordagem funcional-contextual que aborde a infância do progenitor, o seu padrão educativo, os antecedentes de negligência e/ou abuso, e os comportamentos que originaram o envolvimento judicial (Azar, Lauretti & Loding, 1998; Belsky, 1993; Budd & Holdsworth, 1996).

Outra dimensão a avaliar refere-se ao nível de *stress* presente nos progenitores, uma vez que este está relacionado com problemas ao nível da parentalidade, representando um fator de risco para os maus tratos infantis (Azar, Lauretti & Loding, 1998; Egeland, Breitenbucher & Rosenberg, 1980; Harnett, 2007).

Segundo Azar e Twentyman (1986 *cit in* Azar, Lauretti & Loding, 1998) para a avaliação do risco de maus-tratos, é necessário abordar cinco áreas de competência dos progenitores: 1) competências parentais; 2) competências sociocognitivas; 3) competências de autocontrolo; 4) gestão do *stress*; 5) competências sociais.

Uma das dimensões a avaliar refere-se ao funcionamento psicológico e cognitivo do progenitor. É necessário identificar perturbações que possam interferir com o exercício da parentalidade (Azar, Lauretti & Loding, 1998). Na depressão, por exemplo, o nível de tensão existente está associado ao aparecimento de sintomatologia na criança (Hammen, Adrian, Gordon, Burge, Jaenicke & Hiroto, 1987).

Algumas perturbações cognitivas habituais entre progenitores maltratantes incluem dificuldades na resolução de problemas, expectativas irrealistas em relação às capacidades da criança e enviesamento nas atribuições que resultam em avaliações negativas e inapropriadas relativamente ao comportamento da criança (Azar, Robinson, Hekimian & Twentyman, 1984; Azar & Rohrbeck, 1986; Azevedo & Maia, 2006; Larrance & Twentyman, 1983). A complexidade cognitiva e a rigidez do pensamento podem resultar, igualmente, em défices parentais (Azar, 1998 *cit in* Azar, Lauretti & Loding, 1998).

Além dos aspetos cognitivos, é importante dar atenção à reação emocional dos progenitores à adversidade. Esta reação desempenha um papel importante no controlo da raiva e agressividade (Wolfe, 1985).

Outra das dimensões a avaliar refere-se ao processamento de informação social relativa à educação da criança por parte dos progenitores, uma vez que estes necessitam de realizar julgamentos sobre o significado do comportamento da criança (Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd, 2005; Budd & Holdsworth, 1996). Deve ser incluída a avaliação das

crenças do progenitor acerca do comportamento da criança, compreendendo a forma como essa informação é utilizada na educação da mesma (Azar, Lauretti & Loding, 1998).

Para a avaliação das competências parentais é necessário abordar as crenças dos progenitores relativamente às necessidades das crianças, o conhecimento acerca dos cuidados infantis e, particularmente, as práticas parentais na educação dos filhos (Budd & Holdsworth, 1994).

Assim, a avaliação das práticas educativas dos progenitores é outra dimensão fundamental da avaliação. É essencial determinar a qualidade das práticas educativas e a frequência com que os progenitores recorrem a práticas que favorecem o desenvolvimento social e cognitivo da criança, bem como aquelas que constituem um risco para a criança (Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd & Holdsworth, 1996).

Para avaliação das práticas educativas é possível recorrer-se à observação da interação entre progenitor-criança (APA, 2013; Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd & Holdsworth, 1996; Budd et al., 2001; Harnett, 2007; Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007). Nestas interações podem ser utilizadas quer tarefas não estruturadas, como jogos lúdicos, quer tarefas estruturadas, como, por exemplo, o ensino. É particularmente importante observar a reatividade do progenitor a tarefas que induzem frustração (Azar, Lauretti & Loding, 1998; Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007). Além disso, devem ser observados comportamentos e instruções positivas e negativas e o grau de afetividade do progenitor (Azar & Wolfe, 1989, Mash, 1991 *cit in* Azar, Lauretti & Loding, 1998).

Algumas práticas parentais, nomeadamente, a reprovação do comportamento pró-social da criança e as respostas inadequadas ao comportamento desviante da criança são comuns entre famílias negligentes e/ou maltratantes (Azevedo & Maia, 2006; Cerezo, D'Ocon & Dolz, 1996). Assim, é necessário observar eventuais falhas nas respostas, por parte dos progenitores, que promovam o desenvolvimento da criança (e.g. utilização da explicação; linguagem adequada à idade da criança) (Azar, Lauretti & Loding, 1998).

A observação direta da interação entre progenitor-criança, um recurso importante na avaliação psicológica forense, permite apreender as dinâmicas relacionais entre progenitores e filhos (APA, 2013; Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd, 2001; Budd & Holdsworth, 1996; Choate, 2009; Harnett, 2007; Hynan, 2003; Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007; Simões, Martins & Formosinho, 2006).

A avaliação da qualidade das interações entre progenitor-criança possibilita observar as qualidades e fragilidades do progenitor, que podem não ser observadas durante a entrevista, permitindo, além disso, avaliar as competências parentais (Budd, 2005). Contudo, a

observação da interação entre progenitores-criança pode ser dificultada pelo nível de conflitualidade existente entre os progenitores (Simões, Martins & Formosinho, 2006).

Hynan (2003) verificou a inexistência de um consenso relativamente às dimensões a avaliar na interação entre progenitor-criança. O objetivo principal da observação da interação consiste na avaliação do relacionamento entre ambos, permitindo atender às necessidades da criança, ao nível de *stress* presente no relacionamento, bem como ao ajustamento psicológico do progenitor (Hynan, 2003).

Quando se trata da avaliação da relação entre o progenitor e a criança é importante que se avaliem os seguintes aspetos: a) as capacidades parentais do adulto e os fatores de risco para o abuso e/ou negligência; b) o funcionamento psicológico e as necessidades desenvolvimentais da criança, particularmente, as suas vulnerabilidades e necessidades especiais, bem como a qualidade da relação de vinculação com os progenitores; c) as capacidades atuais do progenitor para atender às necessidades da criança e a identificação da necessidade de acompanhamento do progenitor (e.g. treino de competências parentais) (APA, 2013).

Ainda que vários autores proponham a realização de observações no contexto das avaliações psicológicas forenses, é necessário ter algum cuidado na utilização destes métodos, pois podem resultar na realização de generalizações inapropriadas e em enviesamentos na interpretação dos dados, dada a sua subjetividade (Budd & Holdsworth, 1996; Hynan, 2003; Schmidt et al., 2007). Esta subjetividade prende-se com a falta de consenso relativamente aos aspetos a observar, bem como à inexistência de um referencial científico que auxilie a realização destas observações em contexto forense (Hynan, 2003). Esta não é, contudo, uma posição consensual entre os peritos, havendo quem recorra à observação das interações como um instrumento avaliativo fundamental no âmbito da RERP.

Por último, em relação à avaliação dos progenitores, é de particular importância identificar a presença de fatores de risco (APA, 2013; Azar, Lauretti & Loding, 1998; Belsky, 1993; Budd, 2005), nomeadamente, o abuso de substâncias por parte dos progenitores, sendo considerado um dos preditores mais fortes da inibição do poder paternal pelos sistemas judiciais (Jellinek et al., 1992 *cit in* Azar, Lauretti & Loding, 1998). Ao avaliador cabe a tarefa de indicar em que medida o abuso de substâncias influencia negativamente as competências do progenitor e o contexto familiar (Azar, Lauretti & Loding, 1998).

Outro dos fatores de risco a considerar na avaliação dos progenitores refere-se ao isolamento social (Milner, 1994 *cit in* Azar, Lauretti & Loding, 1998). Para avaliar este fator de risco é necessário conhecer a rede de suporte social dos progenitores. O suporte parental está associado a consequências positivas para a criança (Amato & Gilbreth, 1999; Azar,

Lauretti & Loding; Harnett, 2007), nomeadamente, um maior rendimento escolar e um menor número de sintomas de internalização e externalização (Amato & Gilbreth, 1999).

Anteriormente, a mera presença de certos fatores de risco (e.g. doença mental; abuso de substâncias) era suficiente para a determinação da incapacidade parental (Grisso, 1986 *cit in* Azar, Lauretti & Loding, 1998). Atualmente, as normas legais exigem que esses fatores afetem significativamente o bem-estar da criança e que os argumentos dos peritos sejam claros e convincentes (Schetky & Benedek, 1992 *cit in* Azar, Lauretti & Loding, 1998), esclarecendo de que forma estes podem condicionar o exercício da parentalidade (Azar, Lauretti & Loding, 1998).

Relativamente à avaliação das crianças, para alguns autores é fundamental que ela englobe também a identificação de problemas físicos ou atrasos desenvolvimentais, abrangendo, além disso, o funcionamento cognitivo, emocional, social e comportamental geral. Esta posição resulta da constatação de que a existência de défices ou perturbações naquelas dimensões de funcionamento pode ser indicadora de que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado (Harnett, 2007).

No que se refere aos métodos de avaliação utilizados, os mais consensuais são “a entrevista com a criança, com os pais e com outras pessoas próximas” (Hess, 2006 *cit in* Simões, Martins & Formosinho, 2006, p. 509), para além do recurso a instrumentos estandardizados de avaliação psicológica.

Em relação aos instrumentos de avaliação psicológica mais utilizados estes avaliam as seguintes dimensões: inteligência, psicopatologia, personalidade e funcionamento académico. Apesar destes instrumentos não avaliarem as competências parentais, os avaliadores interpretam os resultados dos testes à luz da parentalidade (Brodzinsky, 1993).

Estes instrumentos podem ser úteis tendo em conta os objetivos da avaliação e, geralmente, apresentam propriedades psicométricas adequadas. No entanto, é necessário ter algum cuidado na sua utilização (Emery, Otto & O’Donohue, 2005 *cit in* Simões, Martins & Formosinho, 2006). Este cuidado prende-se, essencialmente, com o facto de estes instrumentos apresentarem apenas uma relação indireta com a determinação do superior interesse da criança e, mesmo, das competências parentais, o que exige, por parte dos avaliadores, a realização de inferências que permitam relacionar os resultados dos instrumentos com estas dimensões (Budd & Holdsworth, 1996; Simões, Martins & Formosinho, 2006). Além disso, à utilização destes instrumentos está associado “o perigo de dissimulação e de manipulação dos dados” (Emery, Otto & O’Donohue, 2005 *cit in* Simões, Martins & Formosinho, 2006, p. 512).

Apesar disso, alguns instrumentos têm sido desenvolvidos, em Portugal, que permitem avaliar algumas componentes das competências parentais, como as práticas educativas e as crenças dos progenitores relativamente a estas, nomeadamente, a *Escala de Crenças sobre a Punição Física (ECPF)* e o *Inventário de Práticas Educativas (IPE)* (Machado, Gonçalves & Matos, 2004; Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007). A *ECPF* avalia o grau de tolerância do progenitor em relação à utilização da violência física como estratégia educativa, enquanto o *IPE* permite identificar a frequência com que o progenitor recorre a práticas educativas desadequadas e qual a sua posição relativamente às mesmas (Machado, Gonçalves & Matos, 2004).

Os cuidados necessários na utilização de instrumentos de avaliação estendem-se à entrevista avaliativa uma vez que não é comum “o recurso a entrevistas estruturadas, com propriedades psicométricas bem estabelecidas, especificamente concebidas para esse fim” (Ackerman & Ackerman, 1997 *cit in* Simões, Martins & Formosinho, 2006, p. 512).

Contudo, a entrevista é um recurso fundamental na avaliação psicológica forense (Horvath, Logan & Walker, 2002 *cit in* Simões, Martins & Formosinho, 2006), sendo que a entrevista com os progenitores permite a recolha de dados sobre as dinâmicas e conflitos familiares, “as expectativas em relação ao filho, as práticas educativas e as concepções acerca das responsabilidades parentais” (Simões, Martins & Formosinho, 2006, p. 513). Por outro lado, a entrevista com o menor permite aceder a “dados relativos à natureza da sua vinculação aos pais, às vivências provocadas pela dissociação familiar, aos seus interesses, desejos e preferências”, bem como a características dos progenitores e práticas educativas (Simões, Martins & Formosinho, 2006, p. 513).

Apesar da existência de diretrizes para a realização de avaliações psicológicas forenses (APA, 2013; Azar, Lauretti, & Loding, 1998; Budd, 2001), na prática, algumas avaliações não atendem às práticas recomendadas (Budd et al., 2001).

Budd e colaboradores (2001) observaram inúmeras limitações nas avaliações parentais: quesitos vagos; realização de uma única sessão com o progenitor; ausência de informação acerca da interação entre progenitor-criança e das qualidades parentais; ênfase nos défices parentais sem referir as qualidades parentais; utilização de instrumentos psicológicos tradicionais que não estão diretamente relacionados com a parentalidade; acesso limitado a documentos escritos (e.g. peças processuais); ausência de informações colaterais de outros profissionais; ausência de esclarecimento aos progenitores acerca da finalidade e dos limites da confidencialidade das avaliações.

É de destacar a complexidade associada à realização de avaliações psicológicas em contexto legal, uma vez que estas envolvem, frequentemente, quesitos vagos, dificuldades na

predição do comportamento futuro e uma grande responsabilidade (Budd, 2001, Grisso, 1986, Melton, Petrila, Poythress & Slobogin, 1997 *cit in* Budd et al., 2006). Esta complexidade advém também da inexistência de instrumentos clínicos e critérios claros disponíveis para a avaliação do, atrás referido, “padrão de parentalidade mínima” (Azar, Lauretti & Loding, 1998, Budd, 2001; Choate, 2009; Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007; Pereira & Matos, 2011).

Quando os psicólogos procuram especificar os quesitos judiciais, reunir registos anteriores, utilizar várias fontes e métodos de recolha de informação, entregar os relatórios nos prazos estabelecidos e adaptar as suas práticas à literatura forense, existe uma maior probabilidade de que as suas avaliações representem um contributo importante para a tomada de decisão judicial (Budd et al., 2006).

Existem várias razões pelas quais se revela fundamental a sustentação teórica e empírica das avaliações das competências parentais. Primeiramente, porque é frequente a existência de psicopatologia e distorções nos progenitores, bem como tentativas de manipulação, revelando-se as entrevistas e os instrumentos psicológicos de valor limitado. Por outras palavras, os progenitores podem não descrever, de forma precisa, a qualidade do relacionamento com os filhos e os seus próprios comportamentos de risco (Schmidt et al., 2007). Em segundo lugar, a metodologia de observação progenitor-criança, além de poder ser afetada por alguma subjetividade, como atrás foi já referido, é realizada num contexto artificial (o gabinete dos peritos) e com restrições temporais, não permitindo um conhecimento alargado das efetivas dinâmicas relacionais quotidianas em contexto de vida natural. Frequentemente, não são utilizadas observações ou verifica-se a inexistência de uma base científica que auxilie na organização dos dados ou no desenvolvimento de uma metodologia de avaliação (Budd et al., 2001).

A clarificação dos limites da confidencialidade, o rigor da informação, a documentação das fontes e a cautelosa interpretação dos resultados são também especialmente importantes na avaliação das competências parentais (Budd, 2001).

### 3.4. Etapas da avaliação psicológica forense

A primeira etapa corresponde ao planeamento da avaliação, sendo necessário identificar os quesitos do tribunal, rever registos e peças processuais, decidir quais os métodos de avaliação e domínios a avaliar. No segundo momento, prossegue-se com a definição da metodologia de avaliação e a decisão sobre os procedimentos para a recolha de informação. Nesta etapa incluem-se as entrevistas aos progenitores, a administração de instrumentos psicológicos, a observação da interação entre progenitor-criança e a entrevista a fontes colaterais. A última etapa corresponde à interpretação dos resultados e preparação do



relatório. Este relatório tem a função de descrever ao tribunal a avaliação psicológica realizada, apresentar os resultados observados e responder aos quesitos formulados (Budd, 2005; Simões, Martins & Formosinho, 2006).

### 3.5. Diretrizes para a avaliação psicológica forense

Face ao aumento da complexidade da prática psicológica em contexto judicial foram desenvolvidas diretrizes, pela APA (2013) e por diferentes autores da especialidade (Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd, 2001), que visam informar os profissionais acerca de boas práticas de intervenção em matéria de proteção de menores. Estas diretrizes são dirigidas, especialmente, para os psicólogos que contactam com a área da proteção de menores e realizam avaliações psicológicas forenses neste domínio (APA, 2013). As diretrizes têm contribuído para uma uniformização do processo avaliativo no âmbito das responsabilidades parentais (Bow & Quinnell, 2001).

As principais diretrizes fornecidas pela APA (2013), para as avaliações psicológicas forenses em matéria de proteção de menores são: 1) O principal objetivo da avaliação consiste em fornecer informações profissionais, científicas e relevantes em matérias nas quais a saúde e o bem-estar da criança podem ter sido afetados; 2) Quando o quesito formulado pelo tribunal aborda a relação entre progenitor-criança os psicólogos devem considerar: as capacidades parentais do progenitor, incluindo os fatores de risco para os maus tratos, o bem-estar da criança e as suas necessidades e o ajustamento entre os dois aspetos anteriores; 3) O papel dos psicólogos forenses consiste em fornecer um parecer profissional e científico, adotando uma postura imparcial e neutra na avaliação; 4) Os psicólogos procuram estar cientes de preconceitos pessoais e sociais, devendo a sua prática ser guiada por uma abordagem não discriminatória; 5) Baseados na natureza dos quesitos judiciais que definem o objetivo da avaliação, os psicólogos determinam a metodologia adequada para responder aos quesitos formulados; 6) Os profissionais devem utilizar uma abordagem multi-método na recolha de dados para a avaliação; 7) Os psicólogos procuram interpretar, de forma adequada e objetiva, os dados clínicos e avaliativos que suportam as suas conclusões; 8) Os psicólogos esforçam-se por fornecer informações apenas quando tiverem recolhido dados suficientes para sustentar as mesmas; 9) Quando são apresentadas recomendações estas devem incidir sobre os quesitos judiciais.

Nestas diretrizes destaca-se a necessidade de o psicólogo sustentar o seu parecer em factos científicos e objetivos. Além disso, é fulcral que o quesito judicial oriente a metodologia adotada e os dados recolhidos, sendo o objetivo central da avaliação psicológica forense a resposta aos quesitos colocados pelos tribunais. Caso o psicólogo não consiga

responder integralmente ao quesito, deve comunicar as limitações dos procedimentos da avaliação, indicando que o quesito ultrapassa o âmbito da avaliação ou da sua experiência. É de destacar, ainda, a importância de o psicólogo utilizar várias fontes de informação na recolha de dados para a avaliação, nomeadamente, a realização de entrevistas clínicas, observações clínicas e testes psicológicos, bem como a análise das peças processuais (APA, 2013; Choate, 2009).

De notar que as diretrizes e recomendações para as avaliações devem ser adaptadas aos quesitos formulados para cada caso (Budd et al., 2001).

### 3.6. Protocolos de avaliação das competências parentais em Portugal

Peixoto, Ribeiro e Manita (2007) propuseram um protocolo de avaliação da competência parental composto por cinco momentos: 1) análise dos documentos processuais; 2) entrevistas clínicas; 3) administração de provas psicológicas; 4) observação da interação entre a criança e os progenitores; 5) intercâmbio de informação com outros atores processuais. Este é o protocolo utilizado no GEAV.

A análise dos documentos processuais permite aceder aos motivos do pedido da avaliação psicológica forense e recolher informações úteis para a compreensão das dinâmicas familiares dos avaliados (Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007).

As entrevistas clínicas, nomeadamente, aos progenitores, permitem “uma avaliação clínica do seu funcionamento psicológico através das suas dimensões anamnética e observacional” e a obtenção de “informações sobre a dimensão funcional e relacional da parentalidade” (Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007, p. 146). Durante a entrevista é importante observar o comportamento do progenitor permitindo caracterizá-lo ao nível do humor, afetividade, cognição, pensamento, capacidade de *insight* e mecanismos de defesa (Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007).

A entrevista deverá incluir as seguintes áreas temáticas: “a) versão de cada interveniente sobre o processo judicial em curso, diligências processuais e os factos que o originaram; situação actual; b) história de vida; c) relação com o(s) filho(s); d) competências de vida e cuidados básicos à criança; e) expectativas e propostas de resolução da actual situação” (Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007, p. 147).

No que se refere aos cuidados básicos à criança, é importante que o psicólogo questione “os progenitores sobre a sua capacidade de resolução de problemas associados à prestação de cuidados básicos à criança” identificando, além disso, as formas como estes “suprem as necessidades da criança e promovem o seu desenvolvimento integrado” (Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007, p. 148). Os progenitores devem também ser questionados acerca dos

momentos marcantes do desenvolvimento da criança, de modo a perceber o conhecimento dos mesmos acerca da história desenvolvimental e quotidiano do menor (Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007).

A administração de provas psicológicas é realizada com o objetivo de confrontar os dados e hipóteses clínicas com informações recolhidas durante a avaliação. Os instrumentos psicológicos permitem, além disso, descrever o funcionamento psicológico de cada progenitor. Da bateria de provas psicológicas utilizadas no GEAV, neste domínio, fazem parte: o inventário de personalidade *NEO-PI-R (Revised NEO Personality Inventory)*; a escala de inteligência *WAIS-III (Wechsler Adult Intelligence Scale – Third Edition)*; a escala de sintomas *BSI (Brief Symptom Inventory)*; a escala de ansiedade *STAI (State-Trait Anxiety Inventory)*; a *Escala de Crenças sobre a Punição Física (ECPF)*; e o *Inventário de Práticas Educativas (IPE)* (Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007).

Em relação à observação da interação com a criança, esta permite “analisar a forma como a parentalidade se manifesta no plano comportamental” (Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007, p. 151). Esta interação deve ser aproximada do quotidiano relacional o que, nestes casos, é dificultado pelo afastamento frequente entre o progenitor e a criança, pela tensão emocional, artificialidade da situação e celeridade exigida aos processos judiciais. Habitualmente, é solicitado ao progenitor e à criança que realizem uma tarefa conjunta, muitas vezes, de natureza lúdica (Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007).

Por último, a articulação com outros atores pode ser importante face às limitações temporais e à complexidade dos casos, bem como à possível manipulação dos dados por parte dos sujeitos avaliados. Esta articulação permite obter informações acerca da interação entre o progenitor e a criança noutros contextos que não o clínico (Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007).

Outro protocolo de avaliação, proposto por Pereira e Matos (2011), utiliza as seguintes metodologias na avaliação: 1) consulta de dados processuais; 2) consentimento informado; 3) entrevistas semiestruturadas, individuais e/ou conjuntas; 4) provas psicológicas; 5) observação de interações espontâneas e programadas; 6) procedimentos complementares; 7) outras provas psicológicas.

A primeira metodologia permite aceder a informações importantes para a avaliação e organização do processo pericial. Em segundo lugar, com o consentimento informado procura-se esclarecer os objetivos e os termos da avaliação, bem como os limites de confidencialidade, o que culmina no preenchimento de um formulário de consentimento informado. As entrevistas semiestruturadas, individuais e/ou conjuntas, correspondentes à terceira etapa, podem incidir sobre os progenitores e/ou a criança. Estas entrevistas, juntamente com os testes psicológicos (quarta etapa), permitem avaliar o ajustamento

psicológico global dos progenitores e questões relativas à parentalidade. Além disso, relativamente aos menores, é possível avaliar, igualmente, o ajustamento psicológico global, questões relativas ao exercício da parentalidade pelos progenitores, a interação com os progenitores e a posição do menor perante o conflito. No que diz respeito à observação das interações, a quinta etapa, esta “deve ter lugar em contexto espontâneo (na sala de espera e na sala de consulta, sem tarefas prescritas ou intromissão do perito) e programado (na sala de consulta, com prescrição de tarefas ou instruções)” (Pereira & Matos, 2011, p. 326). Esta observação e o recurso a procedimentos complementares (sexta etapa) podem fornecer informações úteis que permitam complementar os dados recolhidos através de outros métodos.

#### 4. Maus tratos infantis e a Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais

Em situações nas quais existem suspeitas de abuso, maus tratos e/ou negligência infantil no agregado familiar, ou seja, quando o desenvolvimento e bem-estar da criança está em risco, pode ser solicitada a realização de uma avaliação psicológica forense no âmbito da RERP, de forma a avaliar se existem condições no agregado familiar para o exercício adequado da parentalidade (Budd et al., 2001; Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007).

De acordo com a Direcção-Geral da Saúde (DGS) (2007, p. 7), os maus tratos em crianças e jovens podem ser definidos como “qualquer acção ou omissão não accidental, perpetrada pelos pais, cuidadores ou outrem, que ameace a segurança, dignidade e desenvolvimento biopsicossocial e afectivo da vítima”.

Existem várias situações que envolvem a prática de maus tratos, nomeadamente, a negligência, o mau trato físico e psicológico/emocional e o abuso sexual (Azevedo & Maia, 2006; Budd & Holdsworth, 1996; DGS, 2007; Magalhães, 2004; Martins, 2002).

Os maus tratos infantis “põem em perigo a saúde física e mental das crianças que os sofrem, comprometendo, deste modo, a sua qualidade de vida e bem-estar”, resultando em sequelas graves para a criança que são, por vezes, irreversíveis (Azevedo & Maia, 2006, p. 15). Estes causam prejuízos ao nível da saúde, desenvolvimento e dignidade do menor (Magalhães, 2004). Nas crianças que são vítimas de maus tratos existe uma maior probabilidade de aparecimento de psicopatologia e atrasos desenvolvimentais (Cicchetti & Toth, 1995 *cit in* Cicchetti & Toth, 2005). Além disso, estas crianças podem apresentar problemas comportamentais (e.g. agressão, impulsividade), baixa autoestima ou depressão e défices nas competências interpessoais (Ammerman & Hersen, 1990, Azar & Pearlmuter, 1993, Azar & Wolfe, 1989, Starr, 1988 *cit in* Budd & Holdsworth, 1996). Entre as dimensões

afetadas nestas crianças destacam-se: regulação do afeto, desenvolvimento de relações de vinculação, adaptação e integração escolar e relações de pares (Cicchetti & Toth, 2005).

Tendo em conta as consequências negativas para o desenvolvimento da criança resultantes dos maus tratos é fundamental que as crianças sejam protegidas de famílias abusivas e negligentes (De Bellis, 2001; Malinosky-Rummell & Hansen, 1993; Widom, Marmorstein & White, 2006).

Os maus tratos infantis ocorrem por uma variedade e multiplicidade de fatores que operam através de processos transacionais nas relações entre progenitores-criança (Bronfenbrenner, 1979 *cit in* Belsky, 1993), envolvendo características da criança, do progenitor e do contexto (Belsky, 1993).

A ocorrência dos maus tratos é influenciada pelo equilíbrio entre os fatores de risco e de proteção sendo que, quando os fatores de risco ultrapassam os fatores de proteção, ou quando não existe equilíbrio entre estes tipos de fatores, aumentam as probabilidades da ocorrência dos maus tratos (Belsky, 1993).

Os fatores de risco referem-se a variáveis biopsicossociais que aumentam a probabilidade de ocorrência de maus tratos e que podem perturbar o adequado desenvolvimento das crianças (DGS, 2011; Magalhães, 2004). De notar que a mera presença dos fatores de risco não resulta, inevitavelmente, nos maus tratos, uma vez que estes fatores apenas indicam uma probabilidade (DGS, 2011).

Os fatores de proteção incluem variáveis biopsicossociais que favorecem o desenvolvimento individual e social, podendo diminuir o impacto dos fatores de risco (DGS, 2011). Ambos os fatores, de risco e proteção, podem estar presentes na criança, família e no contexto de vida (DGS, 2011).

Existem inúmeros fatores que são invocados para explicar a ocorrência dos maus tratos, nomeadamente, históricos (e.g. atitudes sociais), culturais (e.g. tolerância face à violência) e situacionais (e.g. crise de choro). Existem, ainda, alguns fatores que remetem para características dos progenitores (e.g. hostilidade) e da criança (e.g. temperamento difícil) (Belsky, 1993).

Os fatores de risco referentes aos progenitores e ao contexto familiar compreendem: gravidez indesejada; défices de competências parentais; défices cognitivos; perturbações emocionais, mentais ou físicas; práticas disciplinares inconsistentes; história de comportamento violento e/ou antissocial; desajustamento psicossocial e comportamentos aditivos (e.g. abuso de substâncias; criminalidade); conflitos familiares; ausência de suporte sociofamiliar; ausência prolongada de um dos cuidadores; insegurança económica; inexistência de condições de habitabilidade; violência doméstica (Azevedo & Maia, 2006;

Budd, 2001; Budd & Holdsworth, 1994; DGS, 2011; Harnett, 2007; Jacob, 1992; Magalhães, 2004; Steinberg, Catalano & Dooley, 1981).

Os fatores de proteção familiares e relativos ao contexto de vida incluem: competências parentais adequadas; rede de suporte familiar e social; integração comunitária; capacidade de acesso a serviços de apoio; segurança económica (Belsky, 1984; Cochran & Brassard, 1979; DGS, 2011).

Os fatores de risco referentes à criança incluem: nascimento prematuro; temperamento difícil; gravidez não desejada; défices físicos ou psíquicos; doença crónica ou perturbações do desenvolvimento; problemas de comportamento (e.g. absentismo escolar; agressividade; comportamentos de oposição) (DGS, 2011; Magalhães, 2004).

Por outro lado, os fatores de proteção relacionados com a criança envolvem: nível de desenvolvimento global adequado; temperamento fácil; padrão de vinculação seguro com a família/adulto de referência; capacidade de resolução de problemas; sucesso escolar; grupo de pares pró-social (DGS, 2011).

Em contraste com a reciprocidade, reforço positivo e encorajamento, que caracterizam interações positivas entre progenitor-criança, os pais maltratantes envolvem-se em interações coercivas e controladoras com os seus filhos (Cicchetti, 1995 *cit in* Azevedo & Maia, 2006). Estas interações disfuncionais sugerem a existência de uma associação entre os maus tratos infantis e as disfunções nos padrões de vinculação entre progenitor-criança (Egeland & Farber, 1984).

Existem algumas características comuns entre progenitores negligentes e/ou maltratantes. Estes promovem uma menor estimulação e são menos positivos (Bousha & Twentyman, 1984; Burgess & Conger, 1978), não adequam o seu comportamento ao da criança e fazem exigências inadequadas (Crittenden, 1981, Trickett & Kuczynski, 1986 *cit in* Azar, Lauretti & Loding, 1998), a atenção à criança é indiscriminada (Wahler & Dumas, 1989), apresentam uma menor disponibilidade, proximidade e compromisso para com a criança (Lewis & Schaeffer, 1981 *cit in* Azar, Lauretti & Loding, 1998), são menos sensíveis e responsivos à angústia da criança, promovendo um menor crescimento socioemocional (Bee, Disbrow, Johnson-Crowley & Barnard, 1981 *cit in* Azar, Lauretti & Loding, 1998).

## **II. Estudo Empírico**

### **1. Método**

#### **1.1. Objetivos**

Este estudo tem como objetivo principal a caracterização da avaliação psicológica forense realizada em Portugal no âmbito de processos de RERP. Integra-se numa linha mais vasta de investigação em curso no GEAV, da FPCEUP, sobre a tomada de decisão judicial e os contributos da psicologia forense para essa decisão. Pretendemos realizar uma caracterização dos pedidos feitos pelos tribunais, da população avaliada e das respostas periciais dadas, em particular das características e conteúdos das perícias de avaliação psicológica forense. Neste sentido, serão analisadas as dimensões e informações mais valorizadas pelos psicólogos forenses nos relatórios de avaliação psicológica forense e as variáveis referenciadas nas conclusões das avaliações.

Os nossos objetivos mais específicos são: 1) Identificar os quesitos formulados pelos tribunais; 2) Identificar as situações que estiveram na origem do processo judicial; 3) Descrever a população alvo de avaliação psicológica forense no âmbito de processos de RERP; 4) Identificar os fatores de risco e de proteção individuais e familiares considerados nas perícias; 5) Caracterizar as dimensões avaliadas pelos peritos que são referidas nas perícias; 6) Descrever a metodologia de avaliação utilizada nas avaliações psicológicas forenses e a estrutura do relatório pericial; 7) Identificar as principais fontes de informação utilizadas para a recolha dos dados; 8) Identificar as variáveis mais relevantes na elaboração das conclusões.

#### **1.2. Amostra**

No que se refere à amostra do nosso estudo, foram selecionados os processos referentes a casos de RERP arquivados no GEAV que continham os relatórios de perícia psicológica forense, já que era esse o nosso foco principal do estudo. Além disso, inicialmente foram escolhidos processos mais recentes, visto que estes últimos apresentavam uma maior riqueza ao nível dos dados e permitiam a construção de uma grelha de análise de conteúdo mais complexa e abrangente. Após a análise dos processos mais recentes e construção da grelha de análise, a partir de uma grelha já utilizada em estudos anteriores no GEAV, partiu-se para a recolha de processos mais antigos. Foram escolhidos processos que continham quer a avaliação de progenitores, quer a avaliação de menores, de modo a enriquecer o estudo e permitir uma análise dos diferentes alvos e metodologias de avaliação. A nossa amostra final

é composta por 50 perícias psicológicas forenses, sendo que, em 21 o alvo de avaliação foi o progenitor e em 29 foi avaliado o menor.

### 1.3. Método de Recolha e Análise dos Dados

Em relação à metodologia, esta é compósita, ou seja, qualitativa e quantitativa, envolvendo, por um lado, a análise documental, com análise de conteúdo de processos arquivados no GEAV, mais especificamente, de perícias de avaliação psicológica forense realizadas no âmbito de processos de RERP, utilizando uma grelha de análise de conteúdo já parcialmente construída em estudos anteriores e por nós ampliada e complexificada; e, por outro lado, a descrição e análise estatística inferencial dos dados recolhidos na primeira fase, após inserção numa matriz e tratamento estatístico no programa SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*), versão 19. Foi, assim, utilizada uma abordagem “híbrida” (Fielding & Schreier, 2001) que combina elementos qualitativos e quantitativos (Rustemeyer, 1992, Groeben & Rustemeyer, 1994 *cit in* Fielding & Schreier, 2001).

A análise de conteúdo refere-se a “um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objectivos de descrição do conteúdo das mensagens” (Bardin, 2011, p. 40). Esta assume dois objetivos: “a superação da incerteza” e “o enriquecimento da leitura” (Bardin, 2011, p. 31). Estas funções permitem avaliar se a nossa leitura é válida e generalizável e descobrir conteúdos que confirmam ou infirmam aquilo que se pretende demonstrar (Bardin, 2011).

A análise documental, uma técnica da análise de conteúdo, pode ser definida como “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente da original, a fim de facilitar, num estado ulterior, a sua consulta e referência” (Chaumier, 1974 *cit in* Bardin, 2011, p. 47).

Algumas categorias da base de dados encontravam-se já definidas, numa grelha de análise de conteúdo existente no GEAV, mas sentimos a necessidade de acrescentar novas categorias face à análise realizada dos processos de RERP (cf. grelha de análise de conteúdo no Anexo 1). Na criação de categorias procurou-se que estas fossem homogéneas (categorias devem inserir-se no mesmo tema), exaustivas (categorias devem incluir todas as informações disponíveis), exclusivas (os mesmos elementos do conteúdo não podem inserir-se em duas categorias diferentes), objetivas (necessidade de dois codificadores diferentes chegarem às mesmas categorias) e adequadas (adaptação das categorias ao conteúdo), respeitando os princípios definidos para a análise de conteúdo (Bardin, 2011).

A maior parte das novas categorias foi definida a partir da realização de uma primeira “leitura flutuante” (Bardin, 2011) das perícias psicológicas forenses. O método de criação de



categorias permite “a classificação dos elementos de significação constitutivos da mensagem” (Bardin, 2011, p. 39). Existem dois aspetos aos quais as categorias devem obedecer: pertinência da categoria para os dados em questão e relevância da mesma em relação às outras categorias (Dey, 1993). As categorias criadas foram adaptadas aos dados recolhidos e sustentadas pela literatura, garantindo a sua pertinência para este estudo (Dey, 1993).

Para a criação das categorias foi utilizada uma “abordagem holística” (Dey, 1993). Esta abordagem parte da definição de categorias gerais, sendo estas refinadas à medida que se vai avançando na análise, através da criação de subcategorias (Dey, 1993). Ao longo do processo de inserção dos dados na matriz foram modificadas algumas das categorias previamente definidas e acrescentadas categorias que se revelavam pertinentes para este estudo, sendo estas sugeridas pelos próprios dados. Posteriormente à definição das categorias e à sua inserção na base de dados procedeu-se à sua análise quantitativa.

## 2. Apresentação dos Resultados

### 2.1. Análise descritiva

Nesta primeira secção dos resultados iremos apresentar as análises descritivas realizadas, procedendo à caracterização geral dos processos, dos sujeitos avaliados e das perícias psicológicas forenses.

#### 2.1.1. Caracterização dos processos

Relativamente às características processuais, nomeadamente, a natureza do processo, referida em 49 processos (98%), uma percentagem representativa dos processos refere-se a situações de RERP ( $n=27$ ; 55,1%). Em segundo plano surgem os processos de Promoção e Proteção que representam 20,4% da amostra ( $n=10$ ) e, por fim, a alteração do regime da RERP ( $n=7$ ; 14,3%) e o incumprimento estabelecido na RERP ( $n=5$ ; 10,2%).

No que se refere à entidade requerente da avaliação, referida em 72% da amostra ( $n=36$ ), em 66,7% dos casos ( $n=24$ ) o pedido foi realizado diretamente pelo Tribunal, sendo que nos restantes 33,3% dos casos ( $n=12$ ) a avaliação foi solicitada pelo Instituto Nacional de Medicina Legal em concomitância com o Tribunal.

Relativamente aos quesitos colocados, referidos em trinta e cinco processos (70%), em média é colocado um quesito ( $M=1,43$ ;  $DP=0,56$ ), num intervalo que varia entre um e três quesitos. Em 60% dos processos ( $n=21$ ) é formulado um quesito, em 37,1% dos processos ( $n=13$ ) são formulados dois quesitos e, por último, num processo (2,9%) são colocados três

quesitos. Um dos quesitos mais referidos, em 42% dos processos (n=21), reporta-se genericamente à “avaliação psicológica”. Seguidamente, em 20% da amostra (n=10), o quesito inclui a “avaliação das dinâmicas familiares” e em 12% é solicitada a “avaliação das competências parentais” (n=6). Com uma menor representatividade, os quesitos englobam a “convivência entre o menor e o progenitor” (n=2; 4%), a “avaliação dos laços afetivos entre os menores e progenitores” (n=1; 2%), a “identificação do progenitor ao qual deve ser atribuída a guarda da criança” (n=2; 4%) e a “avaliação da síndrome de alienação parental no menor” (n=1; 2%).

No que se refere ao ano do pedido da avaliação ao GEAV, disponível em 68% da amostra (n=34), este varia entre 2003 e 2011. Cerca de um quarto (n=9; 26,5%) das avaliações que se encontravam arquivadas foram solicitadas em 2007. Em 2006, foram solicitadas oito avaliações que correspondem a 23,5% da nossa amostra. Em 2004 foram pedidas seis avaliações (17,6%). Em 2005 foram solicitadas, igualmente, seis avaliações (17,6%). Em 2010 foram solicitadas duas avaliações (5,9%), bem como em 2011 (n=2; 5,9%)<sup>1</sup>. Por último, em 2003 foi solicitada uma avaliação (2,9%).

Quanto às peças processuais disponíveis em cada processo, todos continham a perícia psicológica forense, uma vez que esse era o foco do nosso estudo e foi um dos critérios utilizados para a seleção da amostra. Relativamente ao relatório da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ), este estava disponível apenas em 16% dos processos (n=8). Grande parte dos processos, especificamente 82% da nossa amostra (n=41), incluía peças do tribunal. O relatório social da segurança social estava presente em 16% dos processos (n=8), enquanto que apenas em 6% da amostra (n=3) existiam relatórios da Direção-Geral de Reinserção Social. De notar que mais de metade dos processos (n=26; 52%) continham quer a perícia psicológica forense quer as peças do tribunal.

Relativamente às situações que originaram o processo judicial, estas são mencionadas em 35 processos (70%). Estas situações incluem os maus tratos (n=15; 42,9%), o alcoolismo ou dependência de outras substâncias por parte dos progenitores (n=5; 14,3%), a alienação parental (n=11; 31,4%), a violência doméstica (n=8; 22,9%), o incumprimento do regime das responsabilidades parentais (n=8; 22,9%) e o comportamento antissocial do menor (n=2; 5,7%).

---

<sup>1</sup> Estes valores não correspondem ao volume de avaliações produzidos no GEAV, verificando-se que vários processos dos últimos anos não estavam ainda organizados e arquivados nos arquivos deste Centro, não tendo sido possível proceder à sua análise.

### 2.1.2. Caracterização dos menores avaliados

No total da amostra foram avaliados 29 menores (58%), sendo que 18 menores (62,1%) são do sexo masculino e 11 menores (37,9%) do sexo feminino.

A idade dos menores é referida em 19 casos (65,5%). A média de idade dos menores é de 11 anos ( $M=11$ ;  $DP=3,39$ ), com idades compreendidas entre os 6 e 15 anos. Existe, assim, uma predominância dos grupos etários dos 6 aos 10 anos ( $n=8$ ; 42,1%) e dos 11 a 14 anos ( $n=8$ ; 42,1%).

Relativamente à composição da fratria dos menores avaliados, referida em 21 casos (72,4%), três menores são filhos únicos (14,3%) e 18 têm irmãos (85,7%). Quanto ao lugar na fratria, mencionado em 14 casos (48,3%), 35,7% ( $n=5$ ) dos menores são o filho mais novo e 28,6% ( $n=4$ ) dos menores são o segundo elemento da fratria, seguindo-se a condição de único elemento da fratria ( $n=3$ ; 21,4%). No que se refere ao agregado familiar do menor, referido em 55,2% dos casos ( $n=16$ ), em cinco casos ( $n=3$ ; 31,3%) este é composto pelo menor, mãe e irmãos e em três casos (18,8%) pelo menor e a mãe. Com uma menor percentagem, em 12,5% ( $n=2$ ) dos casos os menores vivem com o pai, noutros dois casos os menores habitam com o pai e irmãos (12,5%) e dois menores habitam com os progenitores e irmãos (12,5%). Por último, surge um caso no qual o menor vive com os avós (6,3%) e, noutro caso, o menor vive com o pai e madrasta (6,3%). Assim, nos casos em que o agregado familiar do menor é referido ( $n=16$ ; 55,2%), 93,8% ( $n=15$ ) dos menores vive com a família nuclear, enquanto apenas 6,3% ( $n=1$ ) reside com a família alargada. Nesta amostra nenhum menor se encontrava institucionalizado.

Quanto ao NSE do agregado familiar dos menores, referido em apenas oito casos (27,6%), cinco menores (62,5%) pertencem a uma família de NSE baixo e três menores (37,5%) a uma família de NSE médio.

### 2.1.3. Caracterização dos progenitores avaliados

No total da amostra foram avaliados 21 progenitores (42%). A média de idades dos progenitores ronda os 36 anos ( $M=36,57$ ;  $DP=8,28$ ), variando entre os 19 e 45 anos, com predominância do grupo etário com mais de 40 anos ( $n=7$ ; 50%). Relativamente ao género, 57,1% dos progenitores ( $n=12$ ) é do sexo masculino e 42,9% ( $n=9$ ) do sexo feminino.

A escolaridade do progenitor só é mencionada em nove perícias (42,9%), sendo predominante a escolaridade até ao 4º ano ( $n=3$ ; 33,3%) e maior do que o 12º ano ( $n=3$ ; 33,3%).

Em relação ao estado civil, referido em 81% das perícias (n=17), grande parte dos progenitores encontra-se divorciado ou em situação de separação de facto (n=11; 64,7%), seguindo-se os progenitores (n=6; 35,3%) que estão casados ou em união de facto.

No que se refere ao NSE dos progenitores, disponível em sete casos (33,3%), seis (85,7%) pertencem a um NSE baixo e um progenitor (14,3%) a um NSE médio.

A ocupação profissional apenas foi referida em oito casos (38,1%), sendo que, em 50% destes casos, os progenitores se encontravam desempregados (n=4).

Apenas num caso (4,8%) é referido o consumo excessivo de álcool por parte do progenitor e em dois casos (9,5%) são referidos consumos de drogas, não existindo referência a antecedentes criminais em nenhuma das avaliações aos progenitores. Em 28,5% dos casos (n=6) é referida a existência de problemas económicos nos progenitores.

#### 2.1.4. Caracterização das perícias psicológicas forenses

Quanto ao número de sessões de avaliação, indicado em 98% da amostra (n=49), em média, foram realizadas três sessões avaliativas ( $M=3,08$ ;  $DP=1,04$ ), variando entre uma e sete sessões.

No que diz respeito às fontes de informação utilizadas para a recolha dos dados da avaliação, referidas em 68% das avaliações (n=34), a consulta de peças processuais é um procedimento utilizado em grande parte das avaliações (n=30; 88,2%). A entrevista clínica constituiu uma fonte de informação utilizada em todas as avaliações, enquanto a entrevista familiar contribuiu para a recolha de informação em 47,1% das avaliações (n=16). Os testes psicológicos foram referidos como uma fonte de informação numa percentagem representativa das perícias (n=26; 76,5%). Em relação à referência, na perícia, a informações provenientes dos relatórios da CPCJ, esta só é indicada em quatro casos (8%).

Relativamente aos métodos de avaliação utilizados, cerca de metade das avaliações (n=27; 54%) incluíram a entrevista familiar, a qual, pela sua natureza, só é realizada na amostra de crianças. Nesta amostra, a entrevista familiar foi realizada em 93,1% (n=27) das avaliações. Em grande parte, esta entrevista foi realizada a ambos os progenitores (n=14; 48,3%) ou apenas à progenitora (n=6; 20,7%). A entrevista ao progenitor surge apenas em dois casos (6,9%). Nas avaliações dos menores, quando é referida a relevância da entrevista familiar (n=18; 55,2%), 80% (n=16) das perícias explica a importância desta entrevista para a avaliação, nomeadamente, para a recolha de dados relativos à história de vida do menor, enquanto 10% (n=2) refere apenas que a entrevista foi importante. A entrevista clínica foi realizada em todas as avaliações aos menores e progenitores. Em nenhuma avaliação dos menores foi referida a presença dos progenitores durante a entrevista clínica ao menor,

enquanto mais de metade das avaliações (n=18; 62,1%) refere que os progenitores estiveram ausentes nesta entrevista. Quanto à bateria de testes *standard*, esta foi incluída em cerca de metade das avaliações (n=29; 58%), sendo utilizado um teste específico em 28% das avaliações (n=14). De notar que das 35 avaliações (70%) que incluíram uma bateria de testes *standard* e/ou um teste específico, a maior parte (n=29; 82,9%) não discrimina os testes que foram utilizados.

No que se refere à estrutura do relatório pericial, a secção da metodologia de avaliação é incluída em todas as perícias. A observação clínica e resposta ao quesito está presente em 22% da amostra (n=11). A avaliação psicológica pertence à estrutura do relatório em todas as perícias (N=50). Cerca de um terço das perícias (n=19; 38%) inclui um enquadramento pessoal e sociofamiliar e 26% (n=13) abrange informações sobre os eventos em estudo. A resposta ao quesito está presente em 44% das avaliações (n=22) e as conclusões, enquanto capítulo autónomo no relatório, são incluídas em igual percentagem da amostra (n=22; 44%).

Em relação aos fatores de risco, respeitantes ao menor, é identificada a existência de perturbações e/ou défices cognitivos (n=4; 13,8%), perturbações e/ou défices emocionais (n=1; 3,4%) e comportamentos antissociais do menor (n=6; 20,7%).

Os fatores de risco relativos ao progenitor são referidos em aproximadamente metade da amostra dos progenitores (n=11; 52,4%). Como fatores de risco são apresentadas as perturbações e /ou défices emocionais (n=7; 33,3%), perturbações e/ou défices cognitivos (n=4; 19%), dependência de substâncias psicotrópicas (n=3; 14,3%) e défices de competências parentais (n=2; 9,5%).

Relativamente aos fatores de risco familiares, distinguem-se as perturbações emocionais e/ou cognitivas dos progenitores (n=5; 10%), as práticas educativas disfuncionais (n=8; 16%), as dinâmicas conflituosas entre progenitores (n=28; 56%), a dependência de substâncias psicotrópicas por parte dos progenitores (n=5; 10%), as condições económicas e habitacionais desfavoráveis (n=4; 8%), a ausência de uma rede de suporte (n=5; 10%), os maus tratos ao menor (n=5; 10%), o padrão de vinculação inseguro entre menor e progenitores (n=4; 8%) e a alienação parental (n=2; 4%).

Por outro lado, foram identificados fatores de proteção. Os fatores de proteção relativos aos menores incluíram a integração escolar, familiar e social (n=4; 13,8%), o ajustamento psicológico e comportamental (n=1; 3,4%), os recursos emocionais e cognitivos (n=2; 6,9%) e a proximidade afetiva com a família (n=2; 6,9%).

Relativamente aos fatores de proteção respeitantes aos progenitores, são identificados o acompanhamento psicológico (n=2; 9,5%), a estabilidade profissional e familiar (n=1;

4,8%), a proximidade afetiva com o menor (n=11; 52,4%), as competências educativas adequadas (n=13; 61,9%) e o funcionamento psicológico ajustado (n=8; 38,1%).

Os fatores de proteção familiares incluem a proximidade afetiva familiar (n=20; 40%), o suporte familiar (n=9; 18%), as condições económicas e habitacionais favoráveis (n=4; 8%), o funcionamento psicológico ajustado dos progenitores (n=6; 12%) e as práticas educativas adequadas (n=3; 6%).

As práticas educativas correspondem a uma das dimensões referidas na perícia, quer na avaliação dos progenitores quer dos menores. Em 12 perícias (24%) constata-se a existência de práticas educativas desadequadas, especificamente, a punição física (n=8; 26,7%), a inconsistência nas práticas educativas (n=4; 13,3%) e o abuso emocional (n=4; 13,3%). As práticas educativas adequadas são referidas apenas em três perícias (6%), nomeadamente, a existência de instruções verbais, castigos de contenção e retirada de privilégios (n=1; 33,3%) e os hábitos de alimentação e higiene adequados (n=2; 66,7%). Nos restantes casos não existe referência às práticas educativas. No que se refere à legitimação da punição física, referida em 16 avaliações aos progenitores (76,2%), esta está presente em seis destes casos (37,5%).

A inclusão de citações dos sujeitos avaliados na perícia, é outro tópico que foi analisado. Na amostra de progenitores, numa percentagem representativa das perícias (n=17; 81%) são incluídas citações dos progenitores. Na amostra de menores, existem citações do menor em 20 perícias (69%).

Relativamente à existência de psicopatologia, junto dos progenitores, esta só é referida num caso (4,8%) reportando-se a um problema de depressão. Nas restantes avaliações aos progenitores (n=20; 95,2%) não foi observada psicopatologia. Igualmente num caso (3,4%), na amostra dos menores, foi observada a existência de psicopatologia, nomeadamente, perturbação de hiperatividade e défice de atenção, não sendo referida psicopatologia grave na maioria dos menores avaliados (n=28; 96,6%).

Uma das dimensões amplamente referidas, quer na avaliação dos menores, quer na avaliação dos progenitores refere-se à sintomatologia clínica. Na avaliação dos menores, esta está presente em 21 casos (72,4%) e pode ser subdividida em perturbações do sono (n=3; 14,3%), ansiedade (n=14; 66,7%), angústia (n=7; 33,3%), labilidade emocional (n=7; 33,3%), tendência depressiva (n=5; 23,8%) e humor disfórico (n=1; 4,8%). Em 16 casos (76,2%) observam-se sintomas de internalização e em cinco casos (23,8%) sintomas de externalização.

No que diz respeito aos progenitores, foi identificada a presença de sintomatologia em 17 casos (81%) sendo que, em quatro casos, não se observou sintomatologia (19%). A

sintomatologia observada consistiu na labilidade emocional (n=5; 23,8%), humor disfórico (n=2; 9,5%), lentificação do pensamento (n=1; 4,8%), ansiedade (n=13; 61,9%), angústia (n=4; 19%) e tendência depressiva (n=6; 28,6%).

As dimensões desenvolvimentais são referidas em 66,7% da amostra de progenitores (n=14). Entre as dimensões desenvolvimentais que se encontram deficitárias, junto dos progenitores, destacam-se o desenvolvimento cognitivo (n=4; 19%), o desenvolvimento psicossocial e afetivo (n=1; 4,8%) e o desenvolvimento sociomoral (n=1; 4,8%). Por outro lado, como dimensão desenvolvimental adequada refere-se o desenvolvimento cognitivo (n=10; 47,6%). Em relação aos menores, as dimensões desenvolvimentais são referidas na totalidade desta amostra. Estas dimensões subdividem-se em desenvolvimento cognitivo (n=29; 100%), desenvolvimento psicossocial e afetivo (n=26; 89,7%), desenvolvimento psicomotor (n=19; 65,5%) e desenvolvimento sociomoral (n=11; 37,9%). É de salientar a existência de algumas dimensões desenvolvimentais deficitárias no menor, que são referidas em 31% desta amostra (n=9), nomeadamente, o desenvolvimento psicossocial e afetivo (n=6; 66,7%), o desenvolvimento cognitivo (n=3; 33,3%) e o desenvolvimento sociomoral (n=1; 11,1%). Entre as dimensões desenvolvimentais adequadas no menor, indicadas em 28 perícias desta amostra (96,6%), destacam-se o desenvolvimento cognitivo (n=26, 92,9%), o desenvolvimento psicomotor (n=17; 60,7%), o desenvolvimento psicossocial e afetivo (n=13; 46,4%) e o desenvolvimento sociomoral (n=10; 35,7%).

Em todas as avaliações psicológicas aos menores foi incluída a avaliação do grau de desenvolvimento global, constatando-se, em 93,1% desta amostra (n=27), que o grau de desenvolvimento global está adequado à faixa etária e em 6,9% (n=2) que este se encontra abaixo do esperado para a faixa etária.

A trajetória desenvolvimental do menor é referida em 86,2% (n=25) da amostra de menores sendo que, em 12 casos (48%), esta é referida de forma pormenorizada, com detalhes da história de vida do menor e, em 13 casos (52%), esta é referenciada de forma resumida.

Referentemente a problemas de comportamento do menor, estes estão presentes em apenas 20,7% (n=6) da amostra de menores, não existindo problemas comportamentais numa percentagem representativa da amostra (n=23; 79,3%). Estes problemas referem-se a comportamentos antissociais do menor, nomeadamente, à agressividade (n=3; 60%) e indisciplina (n=3; 60%). Em quatro avaliações de menores (13,8%) foram observadas alterações comportamentais do menor entre as diferentes sessões avaliativas.

As competências e características de relacionamento dos menores são referidas em 23 perícias (79,3%), constatando-se que grande parte dos menores não apresenta dificuldades a

este nível (n=18; 78,3%), sendo observadas dificuldades de relacionamento interpessoal apenas em cinco casos (21,7%).

No que se refere aos conflitos familiares, em 88% (n=44) da amostra é mencionada a existência destes conflitos, que incluem a violência conjugal (n=22; 44%), a comunicação conflituosa entre progenitores (n=21; 42%) e o desacordo relativamente às responsabilidades parentais (n=12; 24%). Na totalidade da amostra existiram ruturas familiares, uma vez que estas resultam na RERP. O divórcio/separação de facto está presente em 98% da amostra (n=49). A separação entre o menor e o progenitor foi observada em 54% das perícias (n=27) e, num caso, o menor foi retirado à família (2%). Em 27 avaliações (54%) coexistem o divórcio/separação de facto dos progenitores e a separação entre o menor e o progenitor. De notar que em 16% da amostra (n=8) existiram alterações nas dinâmicas familiares entre as sessões de avaliação.

Relativamente ao contexto familiar onde a criança reside este é descrito em 89,7% da amostra de menores (n=26), existindo uma descrição resumida em 10 destes casos (38,5%) e uma descrição pormenorizada em 16 casos (61,5%).

Em 69% da amostra relativa aos menores (n=20) são referidos aspetos que foram observados durante as sessões de avaliação ao menor, destacando-se a ressonância afetiva (n=5; 25%), o comportamento desafiante (n=3; 15%), a agressividade (n=2; 10%), a agitação psicomotora (n=2; 10%) e a impulsividade (n=2; 10%). No que se refere à avaliação dos progenitores, os aspetos observados foram referidos em 61,9% das perícias (n=13) sendo que os mais referidos foram a impulsividade (n=4; 30,8%) e a contenção emocional (n=3; 23,1%).

Apenas existiu uma sessão (2%) de observação da interação entre progenitores e menor na totalidade da nossa amostra, tendo sido observada, por um lado, uma relação afetiva securizante entre o menor e a progenitora e, por outro lado, dificuldades na autorregulação e comportamentos de oposição do menor em interação com o progenitor.

Em 30% das perícias (n=15) é sugerido o acompanhamento dos sujeitos avaliados. Este acompanhamento incide sobre o progenitor (n=7; 14%), menor (n=6; 12%), progenitor e menor (n=1; 2%) e ambos os progenitores (n=1; 2%). Quanto ao tipo de apoio sugerido, é identificado o acompanhamento psicológico (n=11; 22%), o acompanhamento ao nível das competências parentais (n=6; 12%), o acompanhamento medicamentoso (n=3; 6%), o programa de abstinência (n=2; 4%) e o acompanhamento ao nível da vida profissional ativa (n=2; 4%).

No que se refere a dificuldades na recolha de informação, junto do menor, estas foram referidas em quatro perícias (13,8%) da amostra de menores. Estas dificuldades deveram-se



ao nível desenvolvimental da criança (n=1; 3,4%), à oposição da mesma (n=2; 6,9%) e à sua desorganização emocional (n=1; 3,4%). Na amostra dos progenitores, estas dificuldades só foram referidas num caso (5%), no qual estas se deveram a desorganizações discursivas.

Quanto ao grau de risco considerado em relação ao menor, este é indicado em 27,6% da amostra de menores (n=8). Destes casos, seis (75%) reportam-se a uma situação de risco para o menor enquanto dois (25%) remetem para a inexistência de uma situação de risco.

É de salientar que em 57,1% das avaliações aos progenitores (n=12) é referida a existência de recursos necessários, no progenitor, para assegurar o bem-estar, saúde, desenvolvimento e educação do menor, sendo que, em 42,9% das avaliações (n=9), estes recursos não estão presentes. Os recursos que são considerados adequados subdividem-se em competências afetivas (n=11; 52,4%), conhecimentos acerca das necessidades do menor (n=8; 38,1%), funcionamento psicológico ajustado (n=8; 38,1%) e competências parentais e educativas (n=5; 23,8%).

Relativamente às sugestões formuladas na perícia, acerca do contacto entre o menor e o progenitor, estas constam em 32% da amostra (n=16). Em quatro casos (25%) é sugerido o afastamento entre o menor e o progenitor, em 11 casos (68,8%) é indicada a manutenção do contacto entre progenitor e menor e, num caso (6,3%), é sugerida a retoma de contacto entre menor e progenitor, que se encontravam separados.

Nas conclusões dos relatórios periciais destacam-se as seguintes temáticas: sugestão de acompanhamento psicológico (n=6; 12%); “padrão de parentalidade mínima” assegurado (n=10; 20%); sugestão de supervisão familiar (n=5; 10%); contacto entre o menor e o progenitor não é benéfico (n=6; 12%); importância de obter consenso em relação ao regime de visitas (n=4; 8%); contacto entre o menor e o progenitor deve ser progressivo (n=10; 20%); “padrão de parentalidade mínima” não assegurado (n=5; 10%); guarda deve ser confiada ao progenitor que apresente maior capacidade de flexibilizar contactos entre o menor e o outro progenitor (n=5; 10%); necessidade de separação entre as questões da conjugalidade e da parentalidade nos progenitores (n=9; 18%).

## 2.2. Análise inferencial

Iremos apresentar neste ponto os resultados das análises estatísticas inferenciais realizadas, com destaque para as associações encontradas em função da conclusão da perícia psicológica forense, da natureza do processo e das situações que originaram o processo. Recorremos ao Teste de Qui Quadrado, de forma a analisar as associações mais significativas entre as variáveis deste estudo. Nas situações em que existiam mais de 20% de células com frequência esperada inferior a cinco, e atendendo a que a fiabilidade do Teste de Qui

Quadrado nestas condições pode ser afetada, recorremos ao Teste Exato de Fisher (*Fisher's Exact Test*) (Martins, 2011).

### 2.2.1. Associações em função da conclusão da perícia psicológica forense

Existe uma associação estatisticamente significativa ( $p = .005$ ) entre a legitimação de práticas punitivas físicas, por parte dos progenitores, e a conclusão, pelo perito, de que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado. Assim, em todos os casos em que o perito conclui que não existem competências mínimas para o exercício adequado da parentalidade, verifica-se a existência de comportamentos de legitimação da punição física por parte dos progenitores avaliados. Por outro lado, em todos os casos em que o perito conclui que o “padrão de parentalidade mínima” está assegurado, não se observa a legitimação da punição física por parte dos progenitores.

A mesma associação estatisticamente significativa ( $p = .008$ ) é observada entre a legitimação da punição física e a conclusão do perito de que o contacto entre o menor e o progenitor em causa não é benéfico, sendo que em todos os casos em que é apresentada esta conclusão se observa a legitimação da punição física.

Verifica-se, ainda, uma associação significativa entre a conclusão do perito de que existe um “padrão de parentalidade mínima” e a presença de competências afetivas adequadas no progenitor ( $p = .010$ ). Num número significativamente superior dos casos (87,5%) em que o perito conclui que o “padrão de parentalidade mínima” está assegurado, são observadas competências afetivas adequadas no progenitor, por oposição aos casos em que este padrão mínimo não está assegurado, nos quais o perito conclui que não existem competências afetivas adequadas no progenitor (100%).

No que se refere aos fatores de risco associados ao progenitor, estes estão associados significativamente à conclusão do perito de que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado ( $p = .002$ ). Assim, em todos os casos em que o perito conclui que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado, são referidos fatores de risco associados ao progenitor, sendo que, em todos os casos em que existem competências parentais mínimas, não são referidos fatores de risco associados ao progenitor.

A sugestão, na perícia, de acompanhamento e/ou supervisão familiar, apresenta uma associação significativa com a conclusão do perito de que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado ( $p = .004$ ). Em 80% dos casos em que esta conclusão está presente é sugerido o acompanhamento do sujeito avaliado. Em todos os casos em que o “padrão de parentalidade mínima” está assegurado, não existe sugestão deste acompanhamento e/ou supervisão.

Verifica-se a existência de uma associação significativa entre o desemprego e/ou problemas económicos no progenitor e a conclusão do perito de que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado ( $p = .001$ ). Assim, em todos os casos em que o perito apresenta esta conclusão existe desemprego e/ou problemas económicos junto do progenitor, enquanto nos casos em que existe um padrão mínimo para o exercício adequado da parentalidade não se observa o desemprego e/ou problemas económicos junto do progenitor.

É possível observar, também, uma associação significativa entre a existência de défices cognitivos no progenitor, um fator de risco relativo ao progenitor, e a conclusão de que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado ( $p = .018$ ). Deste modo, em 75% dos casos em que é concluído que este padrão mínimo não está assegurado, existem défices cognitivos nos progenitores, enquanto em todos os casos onde são identificadas competências parentais mínimas, não se observam défices cognitivos no progenitor. Estes dados devem ser lidos com particular cuidado, tendo em conta o número reduzido de situações em que os défices cognitivos estão presentes.

A existência de práticas educativas desadequadas, outro fator de risco familiar, está associada significativamente ao facto de o perito concluir que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado ( $p = .022$ ). Em 60% dos casos em que este padrão mínimo não está assegurado existem práticas educativas desadequadas, sendo que, nos casos em que existem competências parentais mínimas, não estão presentes práticas educativas desadequadas.

As condições económicas e habitacionais desfavoráveis, outro fator de risco familiar, apresentam uma associação significativa com a conclusão do perito de que não existem competências mínimas para o exercício adequado da parentalidade ( $p = .004$ ). Deste modo, em 80% dos casos em que as competências mínimas não estão asseguradas coexistem condições económicas e habitacionais desfavoráveis. Em todos os casos em que estas competências não estão comprometidas, não se verificam condições económicas e habitacionais desfavoráveis. Estes dados devem ser lidos com particular cuidado, tendo em conta o número reduzido de situações em que são referidas condições económicas e habitacionais desfavoráveis.

A ausência de suporte social, outro fator de risco familiar, encontra-se associada significativamente à conclusão da perícia de que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado ( $p = .005$ ), observando-se que, em 60% dos casos em que esta conclusão está presente, não existe suporte social familiar, por oposição às perícias onde se conclui pela existência de competências parentais mínimas, nos quais não se observa ausência de suporte

social (90%). Estes dados devem ser lidos com particular cuidado, tendo em conta o número reduzido de situações em que é indicada a ausência de suporte social.

O funcionamento psicológico e emocional adequado do progenitor, um fator de proteção, apresenta uma associação significativa com a existência de competências mínimas para o exercício adequado da parentalidade ( $p = .044$ ). Assim, em 60% dos casos em que estão presentes competências parentais mínimas, é referido um funcionamento psicológico e emocional adequado no progenitor, sendo que, quando não estão presentes estas competências mínimas, não são encontradas nos progenitores condições psicológicas e emocionais adequadas para o exercício das responsabilidades parentais.

### 2.2.2. Associações em função da natureza do processo

Relativamente às situações que originaram o processo judicial, constatamos, como já seria de esperar, a existência de uma associação significativa ( $p = .010$ ) entre os maus tratos e a natureza do processo, sendo que em 80% dos processos de Promoção e Proteção os maus tratos são indicados no processo, enquanto que apenas em 29,2% dos processos de RERP estão presentes alegações de maus tratos.

No que se refere à presença de fatores de risco nos progenitores, verifica-se uma associação significativa entre estes e a natureza do processo ( $p = .012$ ). Em todos os processos de Promoção e Proteção em que o progenitor foi avaliado estão presentes estes fatores de risco, observando-se, por outro lado, que em 66,7% dos processos de RERP em que o progenitor foi avaliado não são referenciados fatores de risco associados.

Relativamente à existência de práticas educativas desadequadas, existe uma associação significativa entre estas e a natureza do processo ( $p = .001$ ). Nos processos de RERP apenas estão presentes práticas educativas desadequadas em 12,8% dos casos, enquanto nos processos de Promoção e Proteção estas estão presentes em 70% da amostra.

A sugestão, na perícia, da necessidade de acompanhamento psicológico ao sujeito avaliado apresenta também uma associação significativa com a natureza do processo ( $p = <.001$ ). Em 80% dos processos de Promoção e Proteção é sugerido o acompanhamento psicológico do sujeito avaliado, por oposição aos processos de RERP em que este acompanhamento é sugerido em apenas 17,9% da amostra.

É de salientar que existe uma associação significativa entre a natureza do processo e a conclusão do perito de que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado ( $p = <.001$ ), verificando-se que, em todas as avaliações referentes à RERP, se constata a existência deste padrão mínimo, enquanto em todos os processos de Promoção e Proteção, o “padrão de parentalidade mínima” não estava assegurado.

### 2.2.3. Associações em função das situações que originaram o processo

Verifica-se uma associação significativa entre a existência de maus tratos, referidos no processo, e a existência de recursos adequados no progenitor, nomeadamente, competências parentais e educativas referidas na perícia ( $p = .018$ ). Deste modo, em todas as situações em que existem maus tratos é referida na perícia a inexistência de competências parentais e educativas adequadas. Por sua vez, em 75% dos casos em que não existiram maus tratos, é indicada a existência de competências parentais e educativas adequadas. Estes dados devem ser lidos com particular cuidado, tendo em conta o número reduzido de situações em que são referidas competências parentais e educativas adequadas.

Foi observada, também, uma associação significativa ( $p = .009$ ) entre a referência, no processo, à existência de “alienação parental” e a existência de ruturas familiares, nomeadamente, a separação entre o menor e o progenitor. Em 90,9% processos em que foi referida a existência de “alienação parental” verifica-se a separação entre o menor e o progenitor, em comparação com 41,7% dos processos em que não é referida a existência de “alienação parental” e se verifica a separação entre menor e progenitor.

Paralelamente, existe uma associação significativa entre a dependência de substâncias psicotrópicas por parte do progenitor, uma das situações referidas no processo, e as práticas educativas desadequadas enquanto fator de risco familiar ( $p = <.001$ ). Em todas as situações em que se verifica a dependência de substâncias por parte de um progenitor, são indicadas práticas educativas desadequadas sendo que, apenas em 10% dos casos em que não é referida esta dependência, é feita referência a práticas educativas disfuncionais. Estes dados devem ser lidos com particular cuidado, tendo em conta o número reduzido de situações em que estão presentes estes comportamentos aditivos.

É de referir, ainda, a existência de uma associação significativa ( $p = .013$ ) entre o incumprimento das responsabilidades parentais e a comunicação conflituosa entre progenitores, um dado não surpreendente, atendendo à natureza destes processos. A este nível verifica-se, em 87,5% dos casos em que existiu incumprimento, que existem conflitos ao nível da comunicação entre progenitores. Por outro lado, quando não se observa o incumprimento das responsabilidades parentais não existem conflitos comunicacionais entre progenitores em 66,7% dos casos.

### 3. Discussão dos resultados

Neste capítulo iremos refletir sobre os resultados anteriormente apresentados, estabelecendo um paralelismo entre estes e os dados de investigações disponíveis. Grande parte dos dados recolhidos vai ao encontro da literatura científica neste âmbito. Num primeiro momento a discussão irá incidir sobre os dados obtidos através da análise de conteúdo e da análise estatística descritiva e, num segundo momento, abordaremos as associações entre as variáveis que se revelaram mais significativas para o nosso estudo, em função das estatísticas inferenciais realizadas.

Em termos de análise global, constata-se, em primeiro lugar, que os quesitos formulados pelos magistrados aquando da solicitação das perícias psicológicas forenses incidem no funcionamento cognitivo, emocional e social dos sujeitos avaliados, no relacionamento entre progenitor e criança e nas competências parentais. Estes dados são consonantes com o que é apresentado e defendido na literatura da especialidade e recobre as áreas mais relevantes, quando está em jogo uma decisão sobre o exercício da parentalidade e a distribuição das responsabilidades parentais entre os dois progenitores (Budd, 2005; Pereira & Matos, 2011). De facto, na nossa amostra os quesitos incluíram a avaliação das dinâmicas familiares (20%), a avaliação das competências parentais (12%) e a avaliação psicológica (42%).

Uma das características principais da avaliação psicológica forense no âmbito da RERP e das competências parentais relaciona-se com os modelos teóricos de referência e, como atrás referimos, com a ideia desenvolvida nos últimos anos de que os peritos deverão referenciar a sua avaliação pelo designado “padrão de parentalidade mínima”. Este padrão reflete as capacidades parentais consideradas suficientes para garantir a proteção, segurança e bem-estar da criança (Budd, 2005), por contraponto a um ideal de parentalidade que levaria à inibição do poder paternal em muitas das famílias/progenitores avaliados no contexto forense. Estas competências parentais mínimas são referidas nas perícias de avaliação psicológica forense analisadas, sendo que, em 57,1% das avaliações aos progenitores, é referida a existência de recursos necessários, no progenitor, para assegurar o bem-estar, saúde, desenvolvimento e educação do menor.

A este nível será de referir, ainda, que a avaliação deve incidir não só sobre os défices parentais detetados (Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd, 2005), mas também sobre as qualidades parentais reveladas (Budd et al., 2001). As avaliações psicológicas por nós analisadas abordaram quer os défices parentais, nomeadamente as práticas educativas

desadequadas (24%), quer as qualidades parentais (57,1%), nomeadamente, os recursos adequados manifestados pelos progenitores.

Nas avaliações psicológicas forenses no âmbito da RERP, é recomendada a utilização de uma abordagem multi-método, com múltiplas fontes de informação e várias sessões de avaliação (APA, 2013; Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd, 2005; Schmidt et al., 2007). Quanto ao número de sessões de avaliação, em média, foram realizadas três sessões avaliativas, variando entre uma e sete sessões, correspondendo ao que é proposto pela literatura.

Relativamente às fontes de informação e métodos de avaliação utilizados, estes vão também ao encontro do recomendado na literatura (APA, 2013; Choate, 2009; Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007; Pereira & Matos, 2011), sendo que as fontes mais utilizadas foram a entrevista clínica (100%), a análise das peças processuais (88,2%), e os testes psicológicos (76,5%). As fontes de informação foram descritas em 68% das avaliações, sendo que a documentação das fontes é especialmente importante na avaliação das competências parentais (Budd, 2001). Quando são utilizadas várias fontes e métodos de recolha de informação, existe uma maior probabilidade das avaliações contribuírem efetiva e eficazmente para a tomada de decisão judicial (Budd et al., 2006).

Os métodos de avaliação utilizados nas avaliações forenses realizadas no GEAV correspondem aos mais consensuais, nomeadamente, a entrevista clínica e a entrevista familiar (Hess, 2006 *cit in* Simões, Martins & Formosinho, 2006), que são considerados recursos fundamentais na avaliação psicológica forense (Horvath, Logan & Walker, 2002 *cit in* Simões, Martins & Formosinho, 2006). Assim, verificou-se que a entrevista familiar foi realizada em 93,1% das avaliações aos menores, enquanto a entrevista clínica foi realizada em todas as avaliações.

No que se refere à avaliação dos progenitores, é recomendado nos protocolos de avaliação mais referenciados na literatura que se abordem, além das características de personalidade, comportamento e competências parentais, as suas crenças relativamente às necessidades e à educação das crianças (Budd & Holdsworth, 1994; Simões, Martins & Formosinho, 2006). Neste estudo verificou-se que em 76,2% das avaliações aos progenitores eram referidas crenças associadas à legitimação da punição física. Assim, grande parte dos progenitores considera adequada a utilização da punição física nas suas práticas educativas, o que poderá resultar em práticas educativas disfuncionais que põem em risco o bem-estar e o desenvolvimento integrado do menor.

Além destas crenças, é também essencial abordar as práticas educativas, uma das dimensões fundamentais na avaliação aos progenitores (Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd

& Holdsworth, 1996; Simões, Martins & Formosinho, 2006). Apesar disto, as práticas educativas apenas são referidas em 24% da amostra relativa aos progenitores.

Uma das dimensões que deve ser abordada na avaliação dos progenitores refere-se ao seu funcionamento psicológico e cognitivo, sendo necessário identificar perturbações que possam interferir com o exercício da parentalidade (Azar, Lauretti & Loding, 1998). Em 66,7% da amostra de progenitores são referidas dimensões de funcionamento do progenitor, tendo-se observado défices cognitivos em 19% desta amostra.

Além disso, na avaliação dos progenitores deve ser destacada, quando existe, a presença de alguns fatores de risco, como o abuso de substâncias, a violência doméstica e a manifestação de psicopatologia por um ou pelos dois progenitores, o que foi verificado no nosso estudo (APA, 2013; Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd, 2005; Budd et al., 2001; Harnett, 2007). Nas avaliações realizadas aos progenitores, a existência de psicopatologia só é referida num caso (4,8%), sendo que nas restantes avaliações (95,2%) não foi observada psicopatologia. A dependência de substâncias psicotrópicas está presente em 14,3% das avaliações aos progenitores. No que se refere à violência conjugal, esta foi identificada em 44% da amostra.

Durante a entrevista clínica ao progenitor é importante observar o seu comportamento, permitindo caracterizá-lo ao nível do humor, afetividade, cognição, pensamento, capacidade de insight e mecanismos de defesa (Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007). O comportamento do progenitor foi referido em 61,9% das perícias, sendo que os aspetos mais referidos foram a impulsividade e a contenção emocional.

Relativamente à avaliação do menor, Harnett (2007) destaca a importância de se identificar a existência de atrasos desenvolvimentais abrangendo, além disso, o funcionamento cognitivo, emocional, social e comportamental. As perícias analisadas vão ao encontro do que é proposto por este autor, uma vez que as dimensões desenvolvimentais são referidas na totalidade das avaliações aos menores. Foram identificados défices desenvolvimentais específicos em 31% da amostra de menores. Apesar disso, é de notar que em 93,1% desta amostra o grau de desenvolvimento global do menor está adequado à faixa etária.

Apesar de várias investigações identificarem a importância da observação direta da interação entre progenitor-criança para a avaliação psicológica forense (APA, 2013; Azar, Lauretti & Loding, 1998; Budd, 2001; Budd & Holdsworth, 1996; Choate, 2009; Harnett, 2007; Hynan, 2003; Peixoto, Ribeiro & Manita, 2007; Simões, Martins & Formosinho, 2006), na nossa amostra existiu apenas um caso que envolveu a observação da interação entre os progenitores e o menor. Estas observações podem, segundo alguns autores, produzir



enviesamentos na interpretação dos dados, dada a sua subjetividade e a inexistência de uma base científica que auxilie na estruturação desta observação (Budd & Holdsworth, 1996; Budd et al., 2001; Hynan, 2003; Schmidt et al., 2007). Essa não é, contudo, a razão pela qual no GEAV não foram realizadas mais observações das interações entre pais e filhos. Os peritos do GEAV consideram-na um instrumento privilegiado e não mais subjetivo do que outros instrumentos de observação ou de entrevista clínica, mas várias dificuldades logísticas e o facto de parte significativa dos progenitores avaliados neste gabinete estar, à data da avaliação, inibido de exercer a parentalidade ou de contactar com os filhos, impedem o seu uso mais frequentemente.

A um outro nível de análise e com base nas estatísticas inferenciais aplicadas aos nossos dados, foi possível observar a existência de diversas associações estatisticamente significativas entre dimensões pertinentes para o nosso estudo. Estas poderão traduzir relações que os peritos estabelecem entre diferentes dimensões ou variáveis por si analisadas, por vezes, sem terem plena consciência de que o fazem. A sua identificação e interpretação neste estudo poderá, assim, ajudar a uma mais profunda tomada de consciência sobre as inferências feitas e as gelhas teóricas usadas no contexto da avaliação forense em casos de RERP e, com isso, apoiar a reflexão e desenvolvimento de melhores práticas periciais.

Verificou-se, por um lado, a existência de uma associação significativa entre a conclusão do perito de que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado e a legitimação de práticas punitivas físicas por parte dos progenitores. Este resultado coincide com alguns estudos onde se observou que as características do progenitor, nomeadamente, as crenças acerca da parentalidade, são preditoras da utilização da punição física (Chen & Luster, 2002; Clément & Chamberland, 2009). Na verdade, as crenças que legitimam esta punição poderão resultar em práticas parentais desadequadas que, por sua vez, comprometem o desenvolvimento integrado da criança. A utilização da punição física junto do menor está associada a consequências negativas para o mesmo (Straus, 2001 *cit in* Clément & Chamberland, 2009), prejudicando o seu desenvolvimento e potenciando problemas de comportamento (Grogan-Kaylor & Otis, 2007; Mulvaney & Mebert, 2007). A legitimação da punição física está associada à sua utilização na educação da criança (Ateah & Durrant, 2005; Jackson et al., 1999; Marques, 2010). Estas crenças são influenciadas, frequentemente, pelos valores culturais e sociais que veiculam mensagens favoráveis à utilização da punição física como uma prática educativa adequada, resultando na sua aceitação social.

Ainda em relação aos progenitores, foi observada uma associação significativa entre a identificação de défices cognitivos e a conclusão na perícia de que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado. Assim, em 75% dos casos em que se considerou que não

existiam competências parentais mínimas para o exercício adequado da parentalidade, estavam presentes défices cognitivos nos progenitores.

Vários autores apresentam dados de investigação que podem ajudar a compreender este resultado, uma vez que estes défices representam um fator de risco para os maus tratos (Azar, Lauretti & Loding, 1998; Azevedo & Maia, 2006; Budd, 2001; Budd & Holdsworth, 1994; DGS, 2011; Harnett, 2007; Jacob, 1992; Magalhães, 2004; Steinberg, Catalano & Dooley, 1981). O desenvolvimento cognitivo adequado dos progenitores potencia as competências parentais, uma vez que auxilia na satisfação das necessidades da criança e na realização de julgamentos acerca do comportamento do menor e as suas causas (Azar, Lauretti & Loding, 1998). Entre as perturbações cognitivas habituais entre progenitores maltratantes destacam-se as dificuldades na resolução de problemas, as expectativas irrealistas em relação às capacidades da criança e as avaliações negativas e enviesadas relativamente ao comportamento da mesma (Azar, Robinson, Hekimian & Twentyman, 1984; Azar & Rohrbeck, 1986; Azevedo & Maia, 2006; Larrance & Twentyman, 1983). Deste modo, os défices e/ou perturbações cognitivas podem comprometer o exercício adequado da parentalidade, dado que limitam a competência do progenitor para satisfazer as necessidades do menor e para promover o seu desenvolvimento integrado.

Em consonância com o resultado anterior, verificámos uma associação significativa entre os fatores de risco identificados nos progenitores e a conclusão do perito de que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado. De facto, a presença de fatores de risco associados aos progenitores pode aumentar a probabilidade de ocorrência ou de manutenção dos maus tratos (DGS, 2011; Magalhães, 2004), potenciando a utilização de práticas educativas desadequadas.

No que se refere aos fatores de risco familiares, existiu uma associação significativa entre a ausência de suporte social e a conclusão de que não existem competências parentais mínimas para o exercício adequado da parentalidade. A rede de suporte social reduzida ou inexistente é um fator de risco familiar para os maus tratos referido amplamente na literatura (Azevedo & Maia, 2006; Belsky, 1984; Budd, 2001; Budd & Holdsworth, 1994; DGS, 2011; Harnett, 2007; Jacob, 1992; Magalhães, 2004; Steinberg, Catalano & Dooley, 1981), sendo que a ausência de suporte social contribui para a utilização de práticas educativas desadequadas (Turner, 2005 *cit in* Barroso, 2007).

De notar que o suporte social influencia o funcionamento parental, sendo que existe um impacto positivo da existência de suporte social sobre o funcionamento psicológico dos progenitores (Belsky, 1984). Relativamente à associação entre o suporte parental e as práticas educativas, a existência de suporte social está negativamente associada à utilização da punição

física pelos progenitores (Colletta, 1979 *cit in* Belsky, 1984). Deste modo, alguns estudos indicam que existe uma maior prevalência de casos de abuso e negligência junto de famílias com uma rede de suporte social reduzida (Garbarino, 1980, Kotch et al. 1999, Strauss 1979, Whipple et al. 1991 *cit in* Lombo, 2000). Os progenitores que beneficiam de uma rede de suporte alargada tendem a experienciar menores níveis de *stress*, os quais contribuem positivamente para o exercício da parentalidade (Ostberg & Hagekull, 2000). Os resultados do estudo de Green, Furrer e McAllister (2007) sugerem que os progenitores que são alvo de um maior suporte social se envolvem em interações mais positivas com os seus filhos, sendo que este suporte reduz a ansiedade e ambivalência sentida pelos progenitores.

As condições económicas e habitacionais desfavoráveis, outro fator de risco familiar, apresentam também uma associação significativa com a conclusão do perito de que não existem competências mínimas para o exercício adequado da parentalidade. Deste modo, em 80% dos casos em que as competências mínimas não estão asseguradas coexistem condições económicas e habitacionais desfavoráveis. No mesmo sentido foi observada uma associação significativa entre o desemprego e/ou problemas económicos junto dos progenitores e a conclusão do perito de que o “padrão de parentalidade mínima” não está assegurado. Assim, em todos os casos em que não existem competências parentais mínimas no progenitor, está presente o desemprego e/ou problemas económicos.

Este dado revelou-se curioso, dado que as características socioeconómicas e habitacionais, embora sendo analisadas e tidas em conta na descrição do enquadramento social e familiar das crianças e progenitores avaliados no GEAV, não são consideradas elementos centrais para a elaboração das conclusões periciais, sendo mais prementes no âmbito dos relatórios sociais do que no das perícias de avaliação psicológica forense. Estimamos que possa existir aqui uma relação indireta entre as características sociodemográficas e económicas dos agregados da amostra e o facto de a exposição dos progenitores a agentes *stressores*, como é o caso das dificuldades económicas e/ou do desemprego, poder dificultar o exercício das competências parentais (Belsky, 1984; Silva, 2009), sendo habitual o recurso a práticas educativas punitivas em famílias com escassos recursos económicos (Silva, 2009), estas últimas identificadas durante a avaliação psicológica. Estes resultados vão ao encontro dos de McCurdy (2005) que constatou que um maior nível de *stress*, influenciado por dificuldades económicas e/ou desemprego, está associado à legitimação da punição física.

Um aspeto essencial da parentalidade reporta-se à dimensão de suporte/afeto. Esta dimensão caracteriza-se pela expressão de afeto positivo, pela aceitação da criança e responsividade face à mesma (Barber, 2006, Conley et al., 2004, Davidov & Grusec, 2006a,

Grusec et al., 2000, Pettit, Bates, & Dodge, 1997 *cit in* Simões, 2011). Assim, o afeto é uma dimensão essencial da parentalidade, uma vez que, uma relação afetiva positiva entre o progenitor e a criança promove o desenvolvimento integrado da criança e uma vinculação mais segura entre ambos (Simões, 2011). Os dados analisados no nosso estudo vão ao encontro dos apresentados na literatura, uma vez que, em 87,5% dos casos nos quais o perito concluiu que existiam competências adequadas para o exercício da parentalidade, estavam presentes competências afetivas adequadas nos progenitores.

O funcionamento psicológico e emocional adequado do progenitor, um fator de proteção para os maus tratos, apresentou também uma associação significativa com a existência de competências mínimas para o exercício adequado da parentalidade. Deste modo, quando são identificadas condições psicológicas e emocionais adequadas nos progenitores, a conclusão da perícia vai também no sentido de que estão presentes competências mínimas para o exercício da parentalidade. As perturbações psicológicas e/ou emocionais no progenitor representam um fator de risco para os maus tratos que é amplamente considerado na literatura (Azevedo & Maia, 2006; Budd, 2001; Budd & Holdsworth, 1994; DGS, 2011; Harnett, 2007; Jacob, 1992; Magalhães, 2004; Steinberg, Catalano & Dooley, 1981). Enquanto os recursos psicológicos adequados no progenitor contribuem para a qualidade da vinculação e dos cuidados prestados à criança (Cicchetti, Rogosch & Toth, 1998), as perturbações psicológicas comprometem o desenvolvimento integrado da criança, podendo contribuir para o desenvolvimento de perturbações emocionais, problemas de comportamento e padrões de vinculação inseguros (Cicchetti, Rogosch & Toth, 1998). Esta poderá ser uma das explicações para o resultado por nós encontrado.

De forma correlativa, é compreensível que, quando não existem competências mínimas para o exercício adequado da parentalidade, seja sugerida, na perícia, a necessidade de acompanhamento e/ou supervisão familiar. Quando os progenitores se encontram numa situação de risco psicossocial pode ser recomendada a frequência de um programa psicoeducacional no âmbito das competências parentais. Estes programas podem contribuir para o exercício adequado da parentalidade, promovendo o desenvolvimento de competências parentais (Martín-Quintana, Byrne, Chaves, Ruiz, López & Suárez, 2009). Além disso, de acordo com alguns autores estes programas revelam-se eficazes, auxiliando na minimização de alguns fatores de risco, nomeadamente, ao nível de perturbações psicológicas, práticas educativas desadequadas e comportamentos aditivos (Estefan, Coulter, VandeWeerd, Armstrong & Gorski, 2013).

## Conclusão

Esta investigação procurou caracterizar a avaliação psicológica forense realizada em casos de RERP, contribuindo para um melhor conhecimento da prática profissional dos psicólogos forenses, através da caracterização das perícias psicológicas. Pretendeu-se realizar uma caracterização ao nível dos pedidos formulados pelos tribunais, da população avaliada e das respostas periciais, nomeadamente, as características, conteúdos e conclusões das perícias de avaliação psicológica forense.

Em primeiro lugar, relativamente aos quesitos formulados, em média foi apresentado um quesito, sendo que um dos mais referidos se reportava genericamente à “avaliação psicológica”. Com alguma representatividade surgiram também os quesitos respeitantes à “avaliação das dinâmicas familiares” e à “avaliação das competências parentais”. No que se refere às situações que estiveram na origem do processo judicial, estas englobaram comportamentos que podem interferir com o bem-estar do menor, como é o caso dos maus tratos e da violência doméstica, bem como o incumprimento do regime das responsabilidades parentais.

No que diz respeito à caracterização dos sujeitos avaliados, particularmente os menores, mais de metade da amostra pertencia ao sexo masculino, sendo que a média de idades dos menores era de 11 anos. Além disso, em relação ao seu agregado familiar, grande parte dos menores habitava com a sua família nuclear. Nas situações em que foi referido o NSE do agregado familiar do menor, observou-se uma prevalência da pertença a famílias de NSE baixo.

Por outro lado, relativamente aos progenitores avaliados, a sua média de idades rondava os 36 anos, sendo que, mais de metade dos progenitores pertencia ao sexo masculino. Uma grande parte dos progenitores encontrava-se divorciada ou em situação de separação de facto, o que é consonante com a natureza dos processos de RERP. Quando existia referência ao NSE, a maioria dos progenitores pertencia a um NSE baixo.

Observou-se também que são várias as fontes de informação utilizadas para a recolha de dados para a avaliação, nomeadamente, a consulta de peças processuais, a entrevista clínica e familiar e os testes psicológicos. Várias dimensões são, frequentemente, referidas na perícia, entre as quais se destacam os fatores de risco e de proteção, a sintomatologia clínica, as dimensões desenvolvimentais, os conflitos e as ruturas familiares.

Os fatores de risco são uma dimensão amplamente referida nos relatórios periciais, particularmente, os que são respeitantes aos progenitores e ao contexto familiar. Por outro lado, os fatores de proteção mais salientes nos relatórios dizem respeito, igualmente, ao

contexto familiar e aos progenitores. Este resultado remete para a importância de ter em consideração na avaliação, por um lado, os fatores que podem aumentar a probabilidade de ocorrência dos maus tratos e perturbar o desenvolvimento adequado da criança e, por outro lado, aqueles que favorecem o desenvolvimento individual e social do menor.

Relativamente aos métodos de avaliação utilizados, um número representativo das avaliações incluíram a entrevista familiar e a bateria de testes *standard*, sendo que a entrevista clínica está presente na totalidade das avaliações. O relatório pericial subdivide-se, frequentemente, nas seguintes secções: metodologia de avaliação, enquadramento pessoal e sociofamiliar, avaliação psicológica, resposta ao quesito e conclusões. Assim, observou-se que os relatórios periciais estão, habitualmente, direcionados para a resposta ao quesito judicial, sendo que este orienta a metodologia de avaliação e auxilia na organização dos dados.

Em relação à avaliação dos progenitores, num número representativo dos casos foi referida a existência de recursos adequados para assegurar o bem-estar, a saúde, o desenvolvimento e a educação do menor. Assim, esta dimensão é importante na avaliação aos progenitores, uma vez que estes recursos contribuem para o desenvolvimento integrado do menor e são indicadores da existência de um “padrão de parentalidade mínima”. Outras dimensões referidas nesta avaliação abrangem a sintomatologia clínica, os fatores de risco e as dimensões desenvolvimentais deficitárias no progenitor, sendo que estas podem interferir com o exercício adequado da parentalidade. Por sua vez, são também identificadas dimensões desenvolvimentais adequadas, as quais, juntamente com os fatores de proteção, constituem recursos que favorecem o exercício adequado da parentalidade.

A avaliação dos menores engloba, frequentemente, a realização de entrevistas familiares, uma vez que estas permitem a recolha de dados relativos ao menor que, por vezes, estão inacessíveis ao perito. Esta entrevista revela-se fundamental para a compreensão da história de vida, da trajetória desenvolvimental e do contexto familiar do menor avaliado, o que é explicado num número elevado das perícias psicológicas forenses analisadas. Em relação à entrevista clínica ao menor, esta engloba a avaliação do grau de desenvolvimento global, as dimensões desenvolvimentais, as competências de relacionamento e a sintomatologia clínica. Estas dimensões permitem caracterizar o menor ao nível do seu grau de desenvolvimento, avaliando se este está de acordo ao que é esperado para a sua faixa etária, e do seu funcionamento global. Através desta avaliação ao menor é possível observar se existem défices desenvolvimentais ou perturbações ao nível do funcionamento psicológico que possam ser indicativas da existência de uma situação de risco para o menor e de um agregado familiar disfuncional.

Algumas variáveis surgem fortemente associadas à conclusão do perito de que existem ou não existem competências parentais mínimas para o exercício da parentalidade. Entre elas, destacam-se a legitimação da punição física pelos progenitores, a presença de défices cognitivos nos progenitores, a ausência de suporte social, as condições económicas e habitacionais desfavoráveis e a necessidade de acompanhamento e/ou supervisão familiar, associadas aos défices de competências parentais; e as competências afetivas dos progenitores e um funcionamento psicológico e emocional adequado, associadas à conclusão de que existem competências mínimas para o exercício da parentalidade.

Não obstante termos conseguido dar resposta aos nossos principais objetivos, temos consciência de que este estudo não encerra a investigação em curso no GEAV e deixa ainda questões por responder, apresentando algumas limitações. Desde logo, ao trabalharmos com a análise documental sabíamos que, pelo facto dos documentos conterem apenas a informação que os profissionais entenderam ser a mais relevante, tal limitaria a compreensão global dos processos e das perícias. Assim, estes documentos são alvo de uma triagem de informação sendo que, particularmente, nos relatórios periciais mais antigos existia uma maior síntese ao nível da informação disponibilizada, limitando o acesso à complexidade do processo avaliativo.

Por outro lado, a análise de conteúdo apresenta vantagens revelando-se um método que permite aceder a informação que, de outro modo, não estaria acessível e permitindo, além disso, o estudo de fenómenos violentos e sensíveis sem contactar diretamente com as vítimas. É possível, assim, evitar a vitimação secundária dos sujeitos envolvidos em processos judiciais. Além disso, esta análise permite aceder à perspetiva de diferentes profissionais e agentes de uma forma célere e eficaz.

O facto de este estudo incidir apenas sobre perícias psicológicas forenses realizadas no GEAV pode também produzir alguns enviesamentos na compreensão da prática forense, não obstante a similaridade dos protocolos de avaliação utilizados nas diferentes instituições de peritagem psicológica forense, limitando a possibilidade de generalização dos dados. Consideramos, por isso, que seria importante, em futuros estudos, proceder-se a um estudo comparativo das perícias realizadas em diferentes serviços de avaliação. Além disso, uma vez que as perícias psicológicas forenses do GEAV sofreram evoluções ao nível da sua estrutura e conteúdos, desde 2011, é provável que um futuro estudo encontre alguns resultados diferentes.

Entendemos que este estudo poderá auxiliar no conhecimento da prática psicológica forense no âmbito da RERP, destacando as informações referidas na perícia psicológica forense, bem como as dimensões que são mais relevantes para a elaboração das conclusões do

perito. Além disso, o aumento dos pedidos por parte dos tribunais para a avaliação na RERP vem reforçar a necessidade de se investigar sobre este domínio, de forma a auxiliar os peritos no conhecimento de alguns exemplos de atuação e práticas recomendadas.

Por fim, entendemos que o facto deste estudo ter permitido aceder à caracterização de um domínio da psicologia forense ainda muito pouco estudado no nosso país constituiu também uma das suas potencialidades, mesmo que a escassez de investigação neste domínio em Portugal limite um pouco a interpretação dos resultados encontrados, bem como a comparação destes dados com os de outras investigações.



## Referências Bibliográficas

- Amato, P. R., & Gilbreth, J. G. (1999). Nonresident fathers and children's well-being: A meta-analysis. *Journal of Marriage and the Family*, 61, 557-573.
- American Psychological Association (2013). Guidelines for psychological evaluations in Child Protection Matters. *American Psychologist*, 68, 1, 20-31.
- Ateah, C. A., & Durrant, J. E. (2005). Maternal use of physical punishment in response to child misbehavior: Implications for child abuse prevention. *Child Abuse & Neglect*, 29, 169-185.
- Azar, S. T., Lauretti, A. F., & Loding, B. V. (1998). The evaluation of parental fitness in Termination of Parental Rights cases: A functional-contextual perspective. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 1, 2, 77-100.
- Azar, S. T., Robinson, D. R., Hekimian, E., & Twentyman, C. T. (1984). Unrealistic expectations and problem solving ability in maltreating and comparison mothers. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 52, 4, 687-691.
- Azar, S. T., & Rohrbeck, C. A. (1986). Child abuse and unrealistic expectations: Further validation of the Parent Opinion Questionnaire. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 54, 6, 867-868.
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. (L. A. Reto & A. Pinheiro, Trad.) Lisboa: Edições 70.
- Barroso, N. (2007). *Práticas educativas parentais: Variáveis preditoras e moderadoras da punição física e do abuso físico*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Minho: Instituto de Educação e de Psicologia da Universidade do Minho.
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55, 1, 83-96.
- Belsky, J. (1993). Etiology of child maltreatment: A developmental-ecological analysis. *Psychological Bulletin*, 114, 3, 413-434.
- Bousha, D. M., & Twentyman, C. T. (1984). Mother-child interactional style in abuse, neglect, and control groups: Naturalistic observations in the home. *Journal of Abnormal Psychology*, 93, 1, 106-114.
- Bow, J. N., & Quinnell, F. A. (2001). Psychologists' current practices and procedures in Child Custody Evaluations: Five years after American Psychological Association guidelines. *Professional Psychology: Research and Practice*, 32, 3, 261-268.
- Brigham, J. C. (1999). What is Forensic Psychology, anyway? *Law and Human Behavior*, 23, 3, 273-298.
- Brodzinsky, D. M. (1993). On the use and misuse of psychological testing in Child Custody Evaluations. *Professional Psychology: Research and Practice*, 24, 2, 213-219.
- Budd, K. S. (2001). Assessing parenting competence in Child Protection Cases: A clinical practice model. *Clinical Child and Family Psychology Review*, 4, 1, 1-18.
- Budd, K. S. (2005). Assessing parenting capacity in a child welfare context. *Children and Youth Services Review*, 27, 4, 429-444.
- Budd, K. S., Felix, E. D., Sweet, S. C., Saul, A., & Carleton, R. A. (2006). Evaluating parents in Child Protection Decisions: An innovative court-based clinic model. *Professional Psychology: Research and Practice*, 37, 6, 666-675.
- Budd, K. S., & Holdsworth, M. J. (1996). Issues in clinical assessment of minimal parenting competence. *Journal of Clinical Child Psychology*, 25, 1, 2-14.

- Budd, K. S., Poindexter L. M., Felix, E. D., & Naik-Polan, A. T. (2001). Clinical assessment of parents in Child Protection Cases: An empirical analysis. *Law and Human Behavior*, 25, 1, 93-108.
- Burgess, R. L., & Conger, R. D. (1978). Family interaction in abusive, neglectful, and normal families. *Child Development*, 49, 1163-1173.
- Cerezo, M. A., D'Ocon, A., & Dolz, L. (1996). Mother-child interactive patterns in abusive families versus non-abusive families: An observational study. *Child Abuse and Neglect*, 20, 7, 573-587.
- Chen, F., & Luster, T. (2002). Factors related to parenting practices in Taiwan. *Early Child Development and Care*, 172, 413-430.
- Choate, P. W. (2009). Parenting capacity assessments in Child Protection Cases. *Forensic Examiner*, 18, 1, 52-59.
- Cicchetti, D., Rogosch, F. A., & Toth, S. L. (1998). Maternal depressive disorder and contextual risk: Contributions to the development of attachment insecurity and behavior problems in toddlerhood. *Development and Psychopathology*, 10, 283-300.
- Cicchetti, D., & Toth, S. L. (2005). Child maltreatment. *Annual Review of Clinical Psychology*, 1, 409-438.
- Clément, M., & Chamberland, C. (2009). The role of parental stress, mother's childhood abuse and perceived consequences of violence in predicting attitudes and attribution in favor of corporal punishment. *Journal of Child and Family Studies*, 18, 163-171.
- Cochran, M. M., & Brassard, J. A. (1979). Child development and personal social networks. *Child Development*, 50, 601-616.
- De Bellis, M. D. (2001). Developmental traumatology: The psychobiological development of maltreated children and its implications for research, treatment, and policy. *Development and Psychopathology*, 13, 539-564.
- Dey, I. (1993). *Qualitative data analyses: A user-friendly guide for social scientists*. London: Routledge.
- Direcção-Geral da Saúde (2011). *Maus tratos em crianças e jovens: Guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção*. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde.
- Egeland, B., Breitenbucher, M., & Rosenberg, D. (1980). Prospective study of the significance of life stress in the etiology of child abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 48, 2, 195-205.
- Egeland, B., & Farber, E. A. (1984). Infant-mother attachment: Factors related to its development and changes over time. *Child Development*, 55, 753-771.
- Epifânio, R., & Farinha, A. (1997). *Organização Tutelar de Menores: Contributo para uma visão interdisciplinar do direito de menores e de família*. Coimbra: Almedina.
- Estefan, L. F., Coulter, M. L., VandeWeerd, C. L., Armstrong, M., & Gorski, P. (2013). Relationships between stressors and parenting attitudes in a child welfare parenting program. *Journal of Child and Family Studies*, 22, 199-208.
- Faria, C. (2010). *Contributos para a compreensão da decisão judicial em casos de abuso sexual de menores*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Fialho, A. J. (2012). *Guia prático do divórcio e das Responsabilidades Parentais*. Lisboa: Centro de Estudos Judiciários.

- Fielding, N., & Schreier, M. (2001). Introduction: On the compatibility between qualitative and quantitative research methods. *Forum: Qualitative Social Research*, 1, 1-21.
- Fonseca, A. C. (2006). Psicologia Forense: Uma breve introdução. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. T. Simões, & M. S. Pinho (Eds). *Psicologia Forense*. (pp. 3-23). Coimbra: Almedina.
- Gonçalves, R. A. (2010). Psicologia Forense em Portugal: Uma história de responsabilidades e desafios. *Análise Psicológica*, 1, 107-115.
- Green, B. L., Furrer, C., & McAllister, C. (2007). How do relationships support parenting? Effects of attachment style and social support on parenting behavior in an at-risk population. *American Journal of Community Psychology*, 40, 96-108.
- Grogan-Kaylor, A., & Otis, M. D. (2007). The predictors of parental use of corporal punishment. *Family Relations*, 56, 80-91.
- Hammen, C., Adrian, C., Gordon, D., Burge, D., Jaenicke, C., & Hiroto, D. (1987). Children of depressed mothers: Maternal strain and symptom predictors of dysfunction. *Journal of Abnormal Psychology*, 96, 3, 190-198.
- Harnett, P. H. (2007). A procedure for assessing parents' capacity for change in child protection cases. *Children and Youth Services Review*, 29, 9, 1179-1188.
- Hynan, D. J. (2003). Parent-child observations in custody evaluations. *Family Court Review*, 41, 2, 214-223.
- Jackson, S., Thompson, R. A., Christiansen, E. H., Colman, R. A., Wyatt, J., Buckendahl, C. W., Wilcox, B. L., & Peterson, R. (1999). Predicting abuse-prone parental attitudes and discipline practices in a nationally representative sample. *Child Abuse & Neglect*, 23, 1, 15-29.
- Jacob, T. (1992). Family studies of alcoholism. *Journal of Family Psychology*, 5, 3, 319-338.
- Larrance, D. T., & Twentyman, C. T. (1983). Maternal attributions and child abuse. *Journal of Abnormal Psychology*, 92, 4, 449-457.
- Lombo, M. (2000). *Maus tratos às crianças: Abusos e negligência: Estudo das representações de pediatras, psicólogos, professores, educadores de infância e técnicos de serviço social*. Dissertação de Mestrado em psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Machado, C., Gonçalves, M., & Matos, M. (2004). Práticas educativas parentais e violência: Um estudo na região Norte. In *Actas do V Congresso Português de Sociologia. Sociedades Contemporâneas - Reflexividade e Acção*. Braga: Universidade do Minho.
- Machado, C., & Gonçalves, R. A. (2011). Avaliação psicológica forense: Características, problemas técnicos e questões éticas. In M. Matos, R. A. Gonçalves, & C. Machado (Eds). *Manual de psicologia forense: Contextos, práticas e desafios*. (pp. 15-29). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Magalhães, T. (2004). *Maus tratos em crianças e jovens: Guia prático para profissionais*. Coimbra: Quarteto.
- Malinosky-Rummell, R., & Hansen, D. J. (1993). Long-term consequences of childhood physical abuse. *Psychological Bulletin*, 114, 1, 68-79.
- Manita, C., & Machado, C. (2012). A Psicologia Forense em Portugal – novos rumos na consolidação da relação com o sistema de justiça. *Análise Psicológica*, 30, 1/2, 15-32.
- Marques, A. (2010). *Crenças parentais sobre a punição física e a identificação dos problemas comportamentais e de adaptação psicossocial das crianças em idade pré-*

- escolar. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Coimbra: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Martín-Quintana, J., Byrne, S., Chaves, Ruiz, B., M., López, M., & Suárez, G. (2009). Programas de Educación Parental. *Intervención Psicosocial*, 18, 2, 121-133.
- Martins, C. (2011). *Manual de análise de dados quantitativos com recurso ao IBM SPSS: Saber decidir, fazer, interpretar e redigir*. Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Martins, P. C. (2002). *Maus-tratos a crianças - O perfil de um problema*. Braga: Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- McCurdy, K. (2005). The influence of support and stress on maternal attitudes. *Child Abuse & Neglect*, 29, 251-268.
- Mulvaney, M. K., & Mebert, C. J. (2007). Parental corporal punishment predicts behavior problems in early childhood. *Journal of Family Psychology*, 21, 3, 389-397.
- Ostberg, M., & Hagekull, B. (2000). A structural modeling approach to the understanding of parenting stress. *Journal of Clinical Child Psychology*, 29, 4, 615-625.
- Parente, C., & Manita, C. (2010). Tomada de decisão judicial na Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais - Estudo exploratório sobre algumas variáveis que a podem influenciar. In *Actas do VII Simpósio Nacional de Investigação em Psicologia*. Braga: Universidade do Minho.
- Peixoto, C., Ribeiro, C., & Manita, C. (2007). Avaliação psicológica forense das capacidades parentais. *Revista da Sociedade de Psicologia do Triângulo Mineiro*, 11, 2, 142-156.
- Pereira, A., & Matos, M. (2011). Avaliação psicológica das Responsabilidades Parentais nos casos de separação e divórcio. In M. Matos, R. A. Gonçalves, & C. Machado (Eds). *Manual de psicologia forense: Contextos, práticas e desafios*. (pp. 311-347). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- Pérez, I. T. (2002). Aspectos éticos en las evaluaciones forenses. *Revista de Psicología – Universitas Tarraconensis*, 14, 1/2, 58-93.
- Ribeiro, C., & Manita, C. (2007). Crianças vítimas de abuso sexual intrafamiliar: Significados do envolvimento no Processo Judicial e do papel dos magistrados. *Revista do Ministério Público*, 110, 47-86.
- Ribeiro, V. A. (2008). *Valoração da perícia psicológica forense: A importância da avaliação psicológica da vítima na tomada de decisão judicial em processos de abuso sexual de crianças*. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Porto: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Schmidt, F., Cuttress, L. J., Lang, J., Lewandowski, M. J., & Rawana, J. S. (2007). Assessing the parent-child relationship in parenting capacity evaluations: Clinical applications of attachment research. *Family Court Review*, 45, 2, 247-259.
- Silva, S. (2009). *Famílias de risco, crianças de risco? Representações das crianças acerca da família e do risco*. Dissertação de Mestrado em Estudos da Criança. Minho: Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Simões, M. C., Martins, R. C., & Formosinho, M. D. (2006). Regulação do Exercício do Poder Paternal: aspectos jurídicos e avaliação psicológica. In A. C. Fonseca, M. R. Simões, M. C. Simões, & M. S. Pinho (Eds). *Psicologia Forense*. (pp. 497-518). Coimbra: Almedina.
- Simões, S. (2011). *Influência dos estilos educativos parentais na qualidade da vinculação de crianças em idade escolar em diferentes tipos de família*. Dissertação de Doutoramento

em Ciências Biomédicas. Porto: Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar da Universidade do Porto.

- Sottomayor, M. C. (2011). *Regulação do Exercício das Responsabilidades Parentais nos casos de divórcio*. Coimbra: Almedina.
- Steinberg, L. D., Catalano, R., & Dooley, D. (1981). Economic antecedents of child abuse and neglect. *Child Development*, 52, 975-985.
- Wahler, R. G., & Dumas, J. E. (1989). Attentional problems in dysfunctional mother-child interactions: An interbehavioral model. *Psychological Bulletin*, 105, 1, 116-130.
- White, A. (2005). *Assessment of parenting capacity*. Ashfield: Centre for Parenting & Research.
- Widom, C. S., Marmorstein, N. R., & White, H. R. (2006). Childhood victimization and illicit drug use in middle adulthood. *Psychology of Addictive Behaviors*, 20, 4, 394 – 403.
- Wolfe, D. A. (1985). Child-abusive parents: An empirical review and analysis. *Psychological Bulletin*, 97, 3, 462-482.

## Anexo 1 – Grelha de análise de conteúdo

Categorias Gerais	Categorias Específicas	Subcategorias	Subcategorias específicas
Características do processo	Natureza do processo	Exercício das responsabilidades parentais	Regulação
			Alteração
			Incumprimento
		Promoção e Proteção	
	Entidade requerente da avaliação	Diretamente do Tribunal	
		Instituto Nacional d Medicina Legal	
	Ano do pedido		
	Peças processuais disponíveis	Relatório de perícia psicológica forense	
		Relatório da CPCJ	
		Peças do tribunal	
		Relatório social da segurança social	
		Relatório da Direção-Geral de Reinserção Social	
	Quesitos	Número de quesitos	
		Quesitos discriminados	Avaliação psicológica
			Avaliação das dinâmicas familiares
			Convivência entre o menor e o progenitor
			Avaliação dos laços afetivos entre os menores e progenitores
			Identificação do progenitor ao qual deve ser atribuída a guarda da criança
			Avaliação da síndrome de alienação parental

	Situações que originaram o processo judicial	Maus tratos
		Dependência de substâncias (álcool/drogas) por parte dos progenitores
		Alienação parental
		Violência doméstica
		Incumprimento do regime das responsabilidades parentais
		Comportamento antissocial do menor
<b>Características do progenitor</b>	Idade	
	Grupo etário	18 a 25 anos
		26 a 40 anos
		Mais de 40 anos
	Sexo	Masculino
		Feminino
	Escolaridade	Até 4º ano
		5º a 9º ano
		10º a 12º ano
		Mais do que 12º ano
	Estado civil	Divorciados/separação de facto
		Casados/união de facto
	NSE	Baixo
		Médio
	Ocupação profissional	
	Dependência de substâncias	Álcool
		Drogas
	Antecedentes criminais	Sim
		Não
	Problemas económicos	Sim
		Não

Características do menor	Idade		
	Grupo etário	6 a 10 anos	
		11 a 14 anos	
		15 a 17 anos	
	Sexo	Masculino	
		Feminino	
	Composição da fratria	Filho único	
		Tem irmãos	
	Lugar na fratria	Filho mais novo	
		Segundo elemento da fratria	
	Composição do agregado familiar	Família nuclear	Menor, mãe e irmãos
			Menor e mãe
Menor e pai			
Família alargada		Menor, pais e irmãos	
		Menor e avós	
		Menor, pai e madrasta	
NSE do agregado familiar	Baixo		
	Médio		
Características da perícia psicológica forense – dimensões abordadas	Número de sessões de avaliação		
	Fontes de informação	Consulta de peças processuais	
		Entrevista clínica	
		Entrevista familiar	
		Testes psicológicos	
		Relatório da CPCJ	
	Métodos de avaliação	Entrevista familiar	Ambos os progenitores
			Progenitor(a)
		Entrevista clínica	Menor



		Progenitor(a)
		Bateria de testes standard
		Teste específico
		Relatório da perícia psicológica forense
Estrutura do relatório pericial	Metodologia de avaliação	
	Observação clínica e resposta ao quesito	
	Enquadramento pessoal e sociofamiliar	
	Informações sobre os eventos em estudo	
	Avaliação psicológica	
	Resposta ao quesito	
		Conclusões
Fatores de risco	Menores	Perturbações e/ou défices cognitivos
		Perturbações e/ou défices emocionais
		Comportamentos antissociais do menor
	Progenitores	Perturbações e /ou défices emocionais
		Perturbações e/ou défices cognitivos

		Dependência de substâncias psicotrópicas
		Défices de competências parentais
	Famíliares	Perturbações emocionais e/ou cognitivas dos progenitores
		Práticas educativas disfuncionais
		Dinâmicas conflituosas entre progenitores
		Dependência de substâncias por parte dos progenitores
		Condições económicas e habitacionais desfavoráveis
		Ausência de uma rede de suporte
		Maus tratos ao menor
		Padrão de vinculação inseguro entre menor e progenitores
		Alienação parental
		Integração escolar, familiar e social
Fatores de proteção	Menores	Ajustamento psicológico e comportamental
		Recursos emocionais e cognitivos
		Proximidade afetiva com a família

	Progenitores	Acompanhamento psicológico
		Estabilidade profissional e familiar
		Proximidade afetiva com menor
		Competências educativas adequadas
		Funcionamento psicológico ajustado
	Familiares	Proximidade afetiva familiar
		Suporte familiar
		Condições econômicas e habitacionais favoráveis
		Funcionamento psicológico ajustado dos progenitores
		Práticas educativas adequadas
Práticas educativas	Adequadas	Instruções verbais, castigos de contenção e retirada de privilégios
		Hábitos de alimentação e higiene adequados
	Desadequadas	Punição física
		Inconsistência das práticas educativas Abuso emocional
Legitimação da punição física	Sim	
	Não	
Inclusão de citações dos sujeitos avaliados	Menor Progenitor	

Incongruência/inconsistência do discurso dos sujeitos avaliados	Menor	Consistente
		Inconsistente
	Progenitor	Congruente
		Incongruente
Psicopatologia	Menor	Perturbação de hiperatividade e déficit de atenção
		Sem psicopatologia
	Progenitor	Depressão
		Sem psicopatologia
Sintomatologia	Menor	Perturbações do sono
		Ansiedade
		Angústia
		Labilidade emocional
		Tendência depressiva
		Humor disfórico
		Sem sintomatologia
	Progenitor	Labilidade emocional
		Humor disfórico
		Lentificação do pensamento
		Ansiedade
		Angústia
		Tendência depressiva
		Sem sintomatologia
Dimensões desenvolvimentais	Menor	Desenvolvimento psicomotor
		Desenvolvimento cognitivo
		Desenvolvimento psicossocial e afetivo

		Desenvolvimento sociomoral
	Progenitor	Desenvolvimento cognitivo
		Desenvolvimento psicossocial e afetivo
		Desenvolvimento sociomoral
Avaliação do grau do desenvolvimento global do menor	Adequado à faixa etária	
	Abaixo da faixa etária	
Trajectoria desenvolvimental do menor	Referida de forma pormenorizada	
	Referida de forma resumida	
Trajectoria escolar do menor	Absentismo escolar	
	Insucesso escolar	
	Dificuldades de integração escolar	
Comportamento do menor	Comportamentos antissociais	Agressividade
		Indisciplina
	Alterações comportamentais entre as sessões avaliativas	Sim
		Não
	Dificuldades de relacionamento	Sim
		Não
Conflitos familiares	Violência conjugal	
	Comunicação conflituosa entre progenitores	
	Desacordo relativamente às responsabilidades parentais	
Ruturas familiares	Divórcio/separação de facto	
	Separação entre o menor e o progenitor	

	Menor retirado à família	
Alterações nas dinâmicas familiares entre as sessões avaliativas	Sim	
	Não	
Contexto familiar do menor	Descrição resumida	
	Descrição pormenorizada	
	Não descrito	
Aspetos observados na avaliação	Menor	Comportamento desafiante
		Agressividade
		Agitação psicomotora
		Impulsividade
		Ressonância afetiva
	Progenitor	Impulsividade
		Contenção emocional
Observação da interação entre progenitores-menor	Relação afetiva securizante	
	Dificuldades na autorregulação e comportamentos de oposição por parte do menor	
Sugestão de acompanhamento dos sujeitos avaliados	Alvo apoio	Menor
		Progenitor
		Menor e progenitor
		Ambos os progenitores
	Tipo de apoio	Acompanhament o psicológico
		Acompanhament o ao nível das competências parentais
		Acompanhament o medicamentoso

		Programa de abstinência
		Acompanhamento ao nível da vida profissional ativa
Dificuldades na recolha de informação	Menor	Nível desenvolvimental
		Comportamento de oposição
		Desorganização emocional
	Progenitor	Desorganizações discursivas
Grau de risco considerado em relação ao menor	Em risco	
	Sem risco	
Recursos necessários, no progenitor, para assegurar o bem-estar, saúde, desenvolvimento e educação do menor	Sim	Competências afetivas
		Conhecimentos acerca das necessidades do menor
		Funcionamento psicológico ajustado
		Competências parentais e educativas
	Não	
Sugestões formuladas acerca do contacto entre menor e progenitor	Afastamento entre menor e progenitor	
	Manutenção do contacto entre menor e progenitor	
	Retoma do contacto entre menor e progenitor	
Conclusões da perícia	Sugestão de acompanhamento psicológico	
	“Padrão de parentalidade mínima” assegurado	

	Sugestão de supervisão familiar
	Contacto entre menor e progenitor não é benéfico
	Importância de obter consenso em relação ao regime de visitas
	Contacto entre menor e progenitor deve ser progressivo
	“Padrão de parentalidade mínima” não assegurado
	Guarda confiada ao progenitor que apresente maior capacidade de flexibilizar contactos entre menor e o outro progenitor
	Necessidade de separação entre as questões da conjugalidade e da parentalidade nos progenitores
Perito disponibiliza-se, explicitamente, no relatório, para esclarecimentos adicionais	Sim
	Não